

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA**

DISSERTAÇÃO

**INSERÇÃO ECOLÓGICA: UMA ANÁLISE SOBRE A
TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**

KAROLINE ARCANJO APÓSTOLO DA SILVA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

**INSERÇÃO ECOLÓGICA: UMA ANÁLISE SOBRE A
TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLENCIA DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

KAROLINE ARCANJO APÓSTOLO DA SILVA

Sob orientação de
Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Dissertação submetida para obtenção do grau
de **Mestra em Psicologia**, no curso de Pós-
Graduação em Psicologia.

Seropédica, RJ, Brasil
Abril de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586i Silva, Karoline Arcanjo Apóstolo da, 1994-
Inserção ecológica: uma análise sobre a
transgeracionalidade da violência de crianças e
adolescentes em situação de vulnerabilidade social /
Karoline Arcanjo Apóstolo da Silva. - Rio de Janeiro,
2025.
91 f.: il.

Orientadora: Ana Cláudia de Azevedo Peixoto.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia , 2025.

1. Transgeracionalidade da violência. 2. Inserção
ecológica. 3. Crianças e adolescentes. 4.
Vulnerabilidade social . 5. Racismo. I. Peixoto, Ana
Cláudia de Azevedo, 1973-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Psicologia III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE
EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KAROLINE ARCANJO APÓSTOLO DA SILVA

Dissertação como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**,
no Curso de Pós-Graduação em Psicologia , área de Concentração em Psicologia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 02/05/2023

Membros da banca:

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CLAUDIA DE AZEVEDO PEIXOTO
Data: 28/08/2023 19:20:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Orientadora, Presidente da banca)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente
gov.br RONALD CLAY DOS SANTOS ERICEIRA
Data: 29/08/2023 07:13:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Drº RONALD CLAY DOS SANTOS ERICEIRA,

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente
gov.br CLEIA ZANATTA CLAVERY GUARNIDO DUARTE
Data: 02/09/2023 21:08:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Drª CLEIA ZANATTA CLAVERY GUARNIDO DUARTE

Universidade Católica de Petrópolis

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu marido Paulo, aos meus pais e a todos os meus amigos de caminhada que com todo amor e atenção me sustentaram. Graças a vocês estou aqui.

AGRADECIMENTO

A Deus, fonte da vida e da esperança, por guiar meus passos, renovar minhas forças nos dias difíceis e me conceder a graça de chegar até aqui.

Ao meu marido, Paulo, meu companheiro fiel, por estar ao meu lado em cada instante, acreditando em mim mesmo quando eu duvidava, oferecendo amor, paciência e incentivo sem medidas.

Aos meus pais, que me ensinaram, com suas histórias e exemplos, o valor da perseverança, do cuidado e da fé. A eles devo a base que me sustentou e me permitiu sonhar.

Aos meus amigos, que com carinho e palavras de encorajamento iluminaram os dias de incerteza e celebraram comigo cada pequena conquista.

À minha orientadora, Professora Ana Cláudia Peixoto, pela sabedoria que inspira, pela generosidade no compartilhar de conhecimentos e pela firmeza serena com que conduziu este trabalho.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

RESUMO

ARCANJO, Karoline Apóstolo da Silva. **Inserção Ecológica: Uma análise sobre a transgeracionalidade da violência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.** Dissertação de Mestrado em Psicologia para defesa. Orientadora Prof.^a Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2023.

A violência é um fenômeno naturalizado que atravessa todas as classes sociais e se dissemina nas relações interpessoais, envolvendo uma relação de poder e sendo, por alguns, concebida como comum. No Brasil, a maioria dos casos de violação de direitos de crianças e adolescentes é perpetrada por adultos com laços de consanguinidade ou função parental. Este estudo visa verificar se crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social são vítimas de violação de direitos devido à transgeracionalidade da violência, considerando o racismo estrutural como um fator basilar que organiza as relações sociais e familiares. , é comum observar na dinâmica familiar de mulheres que sofreram algum tipo de violência na infância a perpetuação ou naturalização dessa violência em relação aos seus filhos, ou a ausência de uma postura protetiva diante de situações de violência que seus filhos possam estar vivenciando. Isso pode ser justificado pela falta de referência de um adulto saudável na infância. A pesquisa utilizou uma revisão integrativa da literatura sobre a temática e pesquisa exploratória com a utilização da metodologia de Inserção Ecológica , com 21 participantes- mães ou cuidadoras legais de crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, inscritas em projetos da ONG HAJA, localizada na comunidade de Quatro Rodas, em Duque de Caxias-RJ. A pesquisa buscou responder se o racismo é um fenômeno que estrutura a lógica da transgeracionalidade da violência, quais são as características desse contexto, o perfil das famílias que perpetuam essa violência, o impacto no desenvolvimento de crianças e adolescentes, e as estratégias de intervenção aplicadas no Brasil na última década para romper com a transgeracionalidade da violência.Os resultados indicaram a presença marcante da violência transgeracional contra crianças e adolescentes, com o racismo estrutural sendo um dos pilares dessas violações. Diante desses dados, considera-se urgente a criação de um plano de enfrentamento contra a violência intrafamiliar em famílias em situação de vulnerabilidade.

Palavras Chaves: Transgeracionalidade da violência; Inserção Ecológica; Crianças e adolescentes, Racismo.

ABSTRACT

ARCANJO, Karoline Apóstolo da Silva. **Ecological Insertion: An analysis of the transgenerationality of violence Against vulnerable children and adolescentes.** Master's Dissertation in Psychology for qualification. Advisor Professor Doctor Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Institute of Psychology, Federal Rural University of Rio de Janeiro, RJ, 2023.

Violence is a naturalized phenomenon that crosses all social classes and manifests in interpersonal relationships, involving power dynamics and, at times, being perceived as commonplace. In Brazil, most violations of children's and adolescents' rights are committed by adults with blood ties or parental roles. This dissertation aims to investigate whether children and adolescents in situations of social vulnerability are victims of rights violations due to the transgenerational transmission of violence, considering structural racism as an organizing element of social and family relationships. In the family dynamics of women who experienced violence in childhood, there is a tendency to perpetuate or normalize such practices with their own children, as well as a lack of protective behavior. The absence of a healthy adult reference during childhood may contribute to this reproduction. The research involved an integrative literature review and exploratory research based on the methodology of *Ecological Insertion*, with 21 participants—mothers or legal caregivers of children and adolescents aged 5 to 18 enrolled in projects of the NGO HAJA, located in the Quatro Rodas community, Duque de Caxias/RJ. The specific objectives included verifying whether racism structures the logic of transgenerational violence, identifying the characteristics of this context, the profile of families who reproduce violence, the impacts on the development of children and adolescents, and mapping intervention strategies applied in Brazil over the past decade. The results indicate a strong presence of transgenerational violence and identify structural racism as one of the pillars of these violations. In light of this, the creation of a plan to confront intrafamilial violence in contexts of social vulnerability is considered urgent.

Keywords: Violence's Transgenerationality; Ecological Insertion; Children and Adolescents, Racism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Características da população segundo pertença negra, renda nominal mensal domiciliar per capita e analfabetismo com 10 anos ou mais no bairro Gramacho

Gráfico 2: Principais tipos de violência vivenciados pelas cuidadoras na sua infância

Gráfico 3: Formas de manifestação da violência física contra crianças e adolescentes matriculados na Haja

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Organograma da composição familiar C

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Principais mudanças na infância

Tabela 2: Fluxograma do processo de Revisão Integrativa da Literatura

Tabela 3: Interpretação dos resultados do IEP

Tabela 4: Resultados do IEP dos participantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do sub-bairro - Jardim Gramacho

Figura 2: Barraco na comunidade de Quatro Rodas

LISTA DE ABREVIATURAS

- AMJG - Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
COHAB - Conjunto Habitacional pelo Estado
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE - Inserção Ecológica
LEVICA - Laboratório de Estudos Sobre Violência contra Crianças e Adolescentes
MCA - Módulo Criança e Adolescente
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPCT - Processo, Pessoa, Contexto e Tempo
RMRJ- Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	17
2 JUSTIFICATIVA	20
3 OBJETIVOS	22
3.1 Objetivo geral.....	22
3.2 Objetivos específicos	22
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
4.1 Caracterizando a infância e a adolescência	23
4.1.1 Infância e Adolescência	23
4.2 Principais mudanças na infância e adolescência	24
5 VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL	29
5.1 Criança e adolescente como sujeitos de direitos	29
5.2 Conceito de Violência	30
5.3 Violência contra crianças e adolescentes: suas formas, principais tipos e consequências.	30
6 RACISMO ESTRUTURAL E A TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA	33
6.1 A abordagem conceitual de raça	33
6.2 As três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural	34
6.3 Filhos da mãe: A violência doméstica contra mulheres negras	35
6.4 Transgeracionalidade da violência	37
7 A TEORIA BIOECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER PARA COMPREENSÃO SISTêmICA DO DESENVOLVIMENTO	39
8 QUATRO RODAS: TERRITÓRIO DO DESPEJO	41
9 METODOLOGIA	43
9.1 Tipo de pesquisa	43
9.2 Participantes da pesquisa	44
9.3 Critério de inclusão e exclusão para participantes	45
9.4 Instrumentos	45
9.5 Procedimentos	46
9.6 Questões éticas	47
10 RESULTADOS E DISCUSSÃO	48

10.1 Descrição da Revisão Integrativa da Literatura nacional	48
10.1.1 Resultados da RIL.....	49
10.2 Trabalho de campo sobre a violência intrafamiliar na relação cuidador-filho(s): reflexões sobre a transmissão psíquica transgeracional da violência.....	53
11 FAMÍLIA, VIOLENCIA E TRANSGERACIONALIDADE: ANÁLISE DE UM MICROSSISTEMA	
57	
11.1 Sua Infância e adolescência	57
11.2 Fase adulta	58
11.3 Relacionamento comos filhos	
59	
11.4 Mesossistema: ONG HAJA como rede de proteção de C	60
12. Resultado do Inventário de Estilos Parentais	62
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
APÊNDICE 01 - ENTREVISTA ESTRUTURADA	86
APÊNDICE 02 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	88
APÊNDICE 03 - CARTA DE ANUÊNCIA	90

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória no Laboratório de Estudos Sobre Violência Contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), sediado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, iniciou-se em 2017, a partir da minha escolha pelo estágio aberto pelo laboratório. Desde então, desenvolvi intervenções, palestras e oficinas na área da violência. Meu tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nasceu através de um atendimento clínico feito em parceria com a Associação Vida Plena de Mesquita – uma Organização Não Governamental (ONG), parceira do LEVICA. Esse caso clínico evidenciou a violência transgeracional e os atravessamentos diretos com questões raciais. Tratava-se de uma adolescente, preta, irmã do meio de três irmãos, vítima de inúmeros tipos de violência e acolhida durante 17 anos, cuja mãe, também preta, deu à luz a minha paciente aos 15 anos de idade, sendo também vítima de inúmeros tipos de violência. Durante o atendimento clínico, que durou 2 anos, e através dos relatos das técnicas da casa de acolhimento, foi possível perceber que havia questões a respeito de um ciclo ininterrupto de violência que perpassava a história daquela família, preta.

A partir dessa experiência na clínica, das discussões sobre outros casos clínicos e dos dados que minhas companheiras de pesquisa do LEVICA traziam para o grupo, foi possível perceber que crianças vítimas de violência, na maioria dos casos, denunciavam, através dos seus sintomas, os traumas já implantados nos pais, também por consequência de violências sofridas. Ou seja, era muito perceptível a existência de um ciclo de violência que se retroalimentava e que era transmitido de uma geração para a outra. Outro fator que me chamou atenção e que me atravessa de forma pessoal foi o marcador de raça. A maioria das crianças atendidas pelo LEVICA e encontradas nas nossas pesquisas foram e são crianças pretas. Dessa forma, considero urgente um olhar para o racismo estrutural como forma de entender e explicar os índices tão altos de violência praticados contra as crianças e adolescentes no Brasil.

A experiência dentro do LEVICA com a orientação da professora Ana Cláudia e com o coletivo, me fez perceber que precisamos ter calma ao nos inserirmos no contexto de vida de qualquer indivíduo, e mais do que isso, analisar o quanto os fatores históricos e sociais são a causa da manutenção das violências em nossos contextos. Meu objeto de pesquisa não é mensurável e limitador. Por isso, sinto que esse projeto de pesquisa não irá dar voz a essas crianças e adolescentes, mas sim irá ouvi-las poderá trazer luz para aquilo que elas sempre tiveram direito: educação, saúde, dignidade, afeto, cuidado e vida.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da saúde mental vai além da simples ausência de transtornos, exigindo uma abordagem que considere indicadores socioeconômicos, biológicos e ambientais, segundo a Organização Mundial da Saúde (2016). Cançado, De Souza e Da Silva Cardoso (2014) destacam que fatores como pobreza e baixa escolaridade, combinados com instabilidades socioeconômicas, impactam diretamente a qualidade da saúde mental de uma população.

As condições de saúde infantil, influenciadas por fatores socioeconômicos, têm desafiado a sociedade a assegurar direitos fundamentais às crianças, como proteção, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer e cultura (MAZZA; CHIESA, 2008). Para alcançar esses direitos, é necessário um compromisso político e social robusto que proporcione as condições sociais, econômicas e materiais adequadas para as famílias (APOSTÓLICO *et al.*, 2007).

No contexto brasileiro, uma pesquisa realizada pela Empresa Brasil de Comunicação (2018) revelou que mais de 40% das crianças e adolescentes com até 14 anos vivem em condições de pobreza. A pesquisa não se limitou apenas à dimensão econômica, mas também abordou aspectos como educação, acesso à informação, proteção contra o trabalho infantil, água, saneamento e moradia. Com base nos dados analisados, estima-se que cerca de 50% das crianças e adolescentes no Brasil enfrentam pelo menos uma privação não-monetária.

Para além da vulnerabilidade econômica enquanto ferramenta de manutenção da estrutura opressora e fomentadora de adoecimento físico e psíquico, a criança e o adolescente, no Brasil, são atravessados por diversos tipos de violência que os coisificam e os tiram do lugar de sujeitos de direitos.

A violência, segundo Faleiros e Faleiros (2008), desenvolve-se nas relações sociais e interpessoais, sempre associada a relações de poder. Embora não seja inerente à natureza humana, é uma construção cultural que, devido à sua naturalização, é muitas vezes vista e aceita como algo comum em diversas camadas sociais. Pois, a violência compõe a ordem que estrutura as relações, como apontado por Minayo (2006):

Pois se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero e etnia. Em princípio, essa violência ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, perpetua-se nos processos sócio-históricos, naturaliza-se na cultura e gera privilégios e formas de dominação. (MINAYO, 2006, p. 81).

De acordo com o DISQUE 100, no território brasileiro, os meses correspondentes a janeiro até maio de 2021 apontaram a violência intrafamiliar como o principal fenômeno de violações de direitos de crianças e adolescentes. A violência intrafamiliar é caracterizada por atos violentos cometidos por indivíduos que têm vínculos familiares com a vítima ou que exercem funções parentais, independentemente de laços sanguíneos, podendo ocorrer tanto dentro quanto fora do ambiente doméstico (BRASIL, 2021). Tal violência gera consequências negativas, podendo provocar emoções intensas, como hostilidade, medo e ansiedade, interferindo na capacidade da criança para ajustar seu comportamento à situação (HOFFMAN, 1975).

Um aspecto relevante da violência intrafamiliar é a transgeracionalidade, que envolve a transmissão inconsciente ou psíquica da violência. Segundo Rebhain e Chatelar (2013), essa

transmissão pode incluir lacunas e elementos ocultos que são passados através de gerações. A família, portanto, é um ambiente propício para essa transmissão, pois é onde se estabelecem os primeiros modelos de crenças e valores que o indivíduo pode modificar ou manter ao longo da vida (YOUNG, 2008).

Ao se pensar a transgeracionalidade da violência no Brasil, é importante se atentar para algumas forças que atravessam e modulam as relações interpessoais. O Brasil é um país que foi “fundado” tendo como seu principal instrumento a violência, isso fica perceptível com a escravização dos negros africanos, que constituiu a principal mão de obra para o avanço econômico do Brasil e o extermínio dos povos indígenas (NASCIMENTO, 2016). Segundo Nascimento (2016), o Brasil herdou de Portugal uma estrutura familiar patriarcal que teve um impacto negativo especial sobre as mulheres negras. Durante a escravidão, essas mulheres foram exploradas sexualmente pelos senhores escravocratas, e hoje, devido à pobreza e à falta de status social, continuam sendo as principais vítimas de agressões.

Ao analisar a transgeracionalidade da violência como um fator que agrava a violência intrafamiliar, é importante notar que, no Brasil, o IBGE aponta que as mulheres são as principais responsáveis pela criação dos filhos (BRASIL, 2017). De acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais - Arpen-Brasil, quase 100 mil crianças nascidas em 2021 não têm o nome do pai no registro civil. Segundo o Observatório do Terceiro Setor (2019), 57% das mães que criam filhos sozinhas vivem em situação de pobreza, dentro dessa estatística 64,4% corresponde a mulheres pretas ou pardas. O Atlas da Violência (2021) revela que 66% das mulheres assassinadas no Brasil são negras.

O racismo é um elemento central que organiza e fundamenta as relações sociais e familiares. De acordo com Almeida (2019), tanto o comportamento individual quanto as práticas institucionais refletem uma estrutura social em que o racismo é um componente essencial. A dinâmica "normal" das relações familiares é sustentada por um racismo que é tanto estrutural quanto formador da sociedade (ALMEIDA, 2019).

Diante dos dados apresentados, é possível afirmar que a violência transgeracional é um ciclo de violência que também é atravessado pelas violações constitutivas da sociedade brasileira desde o período colonial, marcado pela escravidão. Tal fenômeno poderá impactar diretamente diferentes âmbitos da vida de crianças e adolescentes ao longo de todo o desenvolvimento. Estudos afirmam que nenhum outro fator de risco tem uma associação mais forte com a psicopatologia do que a violência perpetrada contra uma criança, pois causa efeitos profundamente negativos no seu curso de vida. Os autores afirmam que as sequelas da violência afetam várias áreas do desenvolvimento, como cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional (BARNETT, 1997).

Dessa forma, a pesquisa objetivou verificar se as crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, são vítimas da violação dos seus direitos por meio da transgeracionalidade da violência, com o intuito de investigar as seguintes questões: O racismo é compreendido como um

fenômeno que também estrutura a lógica da transgeracionalidade da violência? Quais são as características desse contexto? Qual é o perfil das famílias que perpetuam a violência transgeracional? Que impacto essa violência gera no desenvolvimento de crianças e adolescentes? Quais estratégias de intervenção foram adotadas no Brasil na última década para interromper a transgeracionalidade da violência? Este estudo visa, ao final, propor uma intervenção que promova e proteja os direitos das crianças a um desenvolvimento seguro, com foco no fortalecimento da família como uma abordagem para garantir a segurança e o bem-estar das crianças.

O estudo utilizou o método de Inserção Ecológica (IE) – eficaz para pesquisas qualitativas por meio de observações, conversas informais e rodas de conversa. Esse método ajuda a entender o objeto de estudo e seus impactos diretos e indiretos. A IE oferece uma abordagem metodológica com validade ecológica, permitindo uma compreensão mais próxima dos fenômenos investigados, bem como do contexto do território, das crianças e adolescentes, das mães e cuidadoras envolvidas, e da própria pesquisadora.

A pesquisa se debruçou sobre a temática da transgeracionalidade da violência, tendo o racismo estrutural como sustentador dessa lógica, e buscou entender como o fenômeno da violência transgeracional afeta o desenvolvimento de crianças e adolescentes. A fim de alcançar esses objetivos, a fundamentação teórica está estruturada da seguinte maneira:

O primeiro capítulo caracteriza a infância e a adolescência. O segundo capítulo descreve as questões que envolvem a violência contra crianças e adolescentes. No terceiro capítulo, são discutidas as ideias de racismo. O quarto capítulo aborda a violência doméstica e familiar contra mulheres negras no Brasil. O quinto capítulo introduz a temática da transgeracionalidade. O sexto capítulo examina o território de Quatro Rodas. O sétimo capítulo explora a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner. O oitavo capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. O nono capítulo apresenta os resultados e a discussão dos dados. O décimo capítulo traz as considerações finais, e o décimo primeiro capítulo reúne as referências bibliográficas.

A relevância desta dissertação se justifica pela lacuna identificada na literatura durante a revisão integrativa, onde não foram encontrados estudos que vinculem a temática da transgeracionalidade da violência a uma análise que considere o racismo como um fator contributivo. Além disso, a ausência de pesquisas que relacionem esse fenômeno ao contexto de vulnerabilidade social e à efetividade das políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente e interdisciplinar. Este trabalho, portanto, busca auxiliar na superação dessa lacuna, a partir de uma análise crítica e mais abrangente sobre a violência transgeracional, através das interseções entre racismo e vulnerabilidade social.

2 JUSTIFICATIVA

Ao pensar a transgeracionalidade da violência, é impossível não se atentar para o racismo enquanto uma força que molda as relações sociais e consequentemente familiares. E partindo para a situação das mulheres negras, o assunto ganha maior complexidade. Segundo Nascimento (2016), a

mulher negra mais que ninguém sentiu a opressão da escravidão e da violência sexual, como também nos dias de hoje. Uma vez que a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua sendo a principal vítima das agressões sexuais do branco.

Segundo o mapa da violência de 2018, o Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres, do total de mortes por feminicídio, 67% são mulheres pretas; em relação a desigualdade social, no Brasil 34, 5% da população urbana vive em assentamentos, a maioria dessa população é composta por mulheres pretas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Tal dado descreve de forma muito fidedigna a realidade vivenciada pelas mulheres da comunidade de Quatro Rodas, em Jardim Gramacho. Por meio da imersão da pesquisadora durante 5 meses nesse território, foi possível perceber que essa população tem uma cor: preta. Que os protagonistas desse território têm um sexo: feminino. E que as diversas formas de violência contra a mulher, nessa comunidade, são naturalizadas e exaltadas.

Segundo pesquisas, é comum observar na dinâmica familiar de mulheres que sofreram algum tipo de violência na infância, perpetuação/ naturalização dessa violência para com os seus filhos ou não se colocarem como rede de proteção a situações de violência que os seus filhos possam estar vivenciando, isto pode ser justificado, pela falta de referência de um adulto saudável na infância. (SOUZA, 2018). Obviamente que uma sociedade forjada com tamanha violência colhe os frutos da profunda desigualdade estrutural que lhe subjaz, ficando explicitada nos dados alarmantes de violações de direitos de crianças e adolescentes.

Para dimensionar o problema no Brasil, contamos com dados que permitem uma visão panorâmica da questão. Vejamos: segundo registros do DISQUE 100 referentes ao 1º de janeiro a 12 de maio de 2021, foram realizadas 115,5 mil denúncias no âmbito da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Os registros resultaram em mais de 435 mil violações de direitos (BRASIL, 2012). A violência mais comum é negligência com 68,85%, seguida da violência psicológica com 43,30%, violência física com 38,91% e violência sexual com 21,32% dos registros (BRASIL, 2021). Ainda de acordo com o DISQUE 100, a maior parte das violências sofridas por crianças e adolescentes ocorreu dentro de casa, pelo pai ou pela mãe (BRASIL, 2021).

De acordo com o levantamento nacional realizado pela Rede SAC em 2003, cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivem nas 589 casas de acolhimento analisadas em todo o Brasil, com maior concentração na região Sudeste. A pesquisa revelou que 63% dos institucionalizados são negros, sendo 21% pretos e 42% pardos; 35% são brancos, e 2% são indígenas ou amarelos (SILVA, 2003).

Uma pesquisa realizada em junho de 2020 pelo MCA, sob a coordenação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, revelou que o estado do Rio de Janeiro possui 456 crianças acolhidas em 46 abrigos. Do número total de crianças acolhidas, 82% são negras, 16,67% são brancas e 0,66% amarelas. Mesmo com 17 anos de diferença entre as duas pesquisas é possível constatar um fenômeno: a violação de direitos de crianças e adolescentes tem uma cor preta.

Os dados indicam que a transgeracionalidade da violência é uma herança do racismo e influencia a dinâmica familiar. Crianças expostas a essa transgeracionalidade estão mais vulneráveis a múltiplas violações, o que pode afetar diversas áreas de suas vidas ao longo do desenvolvimento.

Diante dos dados apresentados, é evidente que a transgeracionalidade da violência, imersa em um contexto de racismo estrutural, molda profundamente as experiências de crianças e adolescentes, assim como as de mulheres negras, perpetuando ciclos de violência e violação de direitos. A relevância deste estudo reside em sua capacidade de pensar sobre essas interconexões complexas e frequentemente ignoradas, oferecendo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas que perpetuam a opressão e a desigualdade.

Ao revelar como a violência se perpetua através das gerações e como o racismo estrutural influencia essas dinâmicas, a pesquisa não apenas enriquece o conhecimento acadêmico, mas também fundamenta a necessidade de políticas públicas e intervenções direcionadas. O estudo destaca a urgência de ações eficazes e integradas para combater a violência e promover a proteção e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade. Assim, contribui de maneira significativa para a formulação de estratégias que visem a erradicação dos ciclos de violência e a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar, através da Inserção Ecológica (IE), a transgeracionalidade da violência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

3.2 Objetivos específicos

- Compreender os impactos gerados pela violência transgeracional no desenvolvimento de crianças e adolescentes;
- Entender como o racismo estrutura a transgeracionalidade da violência;
- Entender quais são as políticas públicas existentes que dão assistência e como são executadas frente às questões referentes ao rompimento do ciclo de violência transgeracional nessa comunidade.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Caracterizando a infância e adolescência

4.1.1 Infância e Adolescência

A fascinação pelos anos da infância, é um fenômeno relativamente recente (HEYWOOD, 2004, p.13), durante séculos a percepção da infância como uma fase peculiar do desenvolvimento humano que requer cuidado e atenção era inexistente (ARIÈS, 1981).

Até o século XII, as condições gerais de higiene e saúde eram muito precárias, tornando o índice de mortalidade infantil muito elevado, impactando diretamente o valor que era atribuído a essa criança, como pode ser observado a seguir:

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medievais resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam um grande descaso por parte dos pais, uma vez que os mesmos consideravam pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade (HEYWOOD, 2004, p.87).

E as crianças que conseguiam atingir uma certa idade não possuíam uma identidade própria, só eram valorizadas aquelas que conseguiam realizar atividades semelhantes à de um adulto. A maneira como o adulto interagia com a criança, na maioria das vezes, era desprovida de afetividade:

Contudo, um sentimento superficial da criança- a que chamei de “paparicação”- era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com criança pequena como um animalzinho, um macaquinho. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas na regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÁRIES, 1981 p. 10).

A infância não tinha lugar no mundo até o século XVIII, até o final desse período as crianças eram representadas em pinturas e ilustrações como homens em tamanho reduzido, misturadas aos adultos (ARIÈS, 1981). O sentimento de indiferença com relação a infância se estendeu até o início do século XIX, tal atitude era justificada devido à alta taxa de mortalidade infantil da época, dessa forma não se criavam laços afetivos devido à grande probabilidade de a criança vir a falecer (ARIÈS, 1981).

Assim como na infância, a adolescência também é uma produção social e cultural que nem sempre teve a conotação é o aspecto legal que possui hoje (MUUSS, 1976). A palavra adolescência vem do latim “adolescere” que significa “fazer-se homem/mulher” ou “crescer na maturidade” (MUUSS, 1976). Compreender a adolescência como um período particular que se distingue das demais fases do desenvolvimento humano é relativamente recente (FERREIRA E NELAS, 2016).

De acordo com Teixeira, “apenas a partir do final do século XIX a adolescência passou a ser definida com características específicas, que a diferenciam da infância e da idade adulta” (TEIXEIRA, 2003, p. 110). Nas palavras de Calil, “O conceito de adolescência surgiu pela primeira vez no século XIX, apresentado por Rousseau, em sua obra Emílio, ou da Educação” (CALIL, 2003, p. 144), como fase específica do desenvolvimento.

Antes desta época, afirma Ferreira e Nelas (2002), “entendia-se que o indivíduo passava

diretamente da infância à idade adulta sem transitar por um estádio intermediário, ou por uma fase com características tidas como diferenciadoras e significativas no plano desenvolvimental” (FERREIRA E NELAS, 2002, p. 142).

Mesmo não sendo reconhecida como uma etapa do ciclo vital, historicamente é possível ser observado, em alguns escritos como o da Pérsia, Grécia Antiga e do Império Romano, registros de cerimônia de passagem que apontavam para a instalação da maturidade, simbolizando a transição do sujeito para a participação na vida em comunidade (ARIÈS, 1981).

Na contemporaneidade, o período de duração da adolescência no que se refere ao limite cronológico nem sempre é consensual e está diretamente relacionada com as linhas teóricas dos autores e instituições. A Organização Mundial de Saúde - OMS (1965), considera que a infância corresponde ao período de até 9 anos e a adolescência é definida como o período biopsicossocial que compreende a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos. Esse também é o critério adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2007) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2007).

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é considerado criança a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescentes todos aqueles entre 12 aos 18 anos (BRASIL, 2007). Em geral, a adolescência inicia-se com as mudanças corporais da puberdade e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta (FORMIGLI, COSTA E PORTO, 2000). Este trabalho terá como base a perspectiva proposta pelo ECA, no que se refere ao período de duração da infância e adolescência.

4.2 Principais mudanças na infância e adolescência

TABELA 1.1 Principais desenvolvimentos típicos em oito períodos do desenvolvimento humano

Faixa etária	Desenvolvimento físico	Desenvolvimento cognitivo	Desenvolvimento psicosocial
<i>Período Pré-natal (da concepção ao nascimento)</i>	Ocorre a concepção por fertilização normal ou por outros meios. Desde o começo, a dotação genética interage com as influências ambientais. Formam-se as estruturas e os órgãos corporais básicos: inicia-se o surto de crescimento do cérebro. O crescimento físico é o mais acelerado do ciclo de vida. É grande a vulnerabilidade às influências ambientais.	Desenvolvem-se as capacidades de aprender e lembrar, bem como as de responder aos estímulos sensoriais.	O feto responde à voz da mãe e desenvolve preferência por ela.
<i>Primeira Infância (do nascimento aos 3 anos)</i>	No nascimento, todos os sentidos e sistemas corporais funcionam em graus variados. O cérebro aumenta em complexidade e é altamente sensível à influência ambiental. O crescimento físico e o desenvolvimento das habilidades motoras são rápidos.	As capacidades de aprender e lembrar estão presentes, mesmo nas primeiras semanas. O uso de símbolos e a capacidade de resolver problemas se desenvolvem por volta do final do segundo ano de vida. A compreensão e o uso da linguagem se desenvolvem rapidamente.	Formam-se os vínculos afetivos com os pais e com outras pessoas. A autoconsciência se desenvolve. Ocorre a passagem da dependência para a autonomia. Aumenta o interesse por outras crianças.
<i>Segunda Infância (3 a 6 anos)</i>	O crescimento é constante; a aparência torna-se mais esguia e as proporções mais parecidas com as de um adulto. O apetite diminui e são comuns os distúrbios do sono. Surge a preferência pelo uso de uma das mãos; aprimoram-se as habilidades motoras finas e gerais e aumenta a força física.	O pensamento é um tanto egocêntrico, mas aumenta a compreensão do ponto de vista dos outros. A imaturidade cognitiva resulta em algumas ideias ilógicas sobre o mundo. Aprimoram-se a memória e a linguagem. A inteligência torna-se mais previsível. É comum a experiência da pré-escola; mas ainda a do jardim de infância.	O autoconceito e a compreensão das emoções tornam-se mais complexos; a autoestima é global. Aumentam a independência, a iniciativa e o autocontrole. Desenvolve-se a identidade de gênero. O brincar torna-se mais imaginativo, mais elaborado e, geralmente, mais social. Altruismo, agressão e temor são comuns. A família ainda é o foco da vida social, mas outras crianças tornam-se mais importantes.
<i>Terceira Infância (6 a 11 anos)</i>	O crescimento torna-se mais lento. A força física e as habilidades atléticas aumentam. São comuns as doenças respiratórias, mas de um modo geral a saúde é melhor do que em qualquer outra fase do ciclo de vida.	Diminui o egocentrismo. As crianças começam a pensar com lógica, porém concretamente. As habilidades de memória e linguagem aumentam. Ganhos cognitivos permitem à criança beneficiar-se da instrução formal na escola. Algumas crianças demonstram necessidades educacionais e talentos especiais.	O autoconceito torna-se mais complexo, afetando a autoestima. A corregulação reflete um deslocamento gradual no controle dos pais para a criança. Os colegas assumem importância fundamental.

Fonte:

(PAPALIA E FELDMAN, 2013. p.40).

A adolescência é definida como um período biopsicossocial que comprehende, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1965), a passagem da infância para a vida adulta. E puberdade é considerada um marco inicial ou biológica da adolescência (BRASIL, 2007), que em consonância com os fatores de ordem social e cultural (COSTA, 1998), possibilita uma série de transformações no âmbito físico, psicológico, cognitivo e social (ROBERTS, 1988).

As transformações biológicas da puberdade são universais e visíveis, ocasionando modificações nas crianças como o aumento da estatura física, e mudanças no sistema reprodutivo sexual (SANTOS, 2005). Tais transformações, permitem que o indivíduo seja integrado no mundo adulto (COSTA, 1998).

De acordo com Evelyn Eisenstein e Karla Coelho (2008) nas meninas:

O primeiro sinal da puberdade da menina consiste no aparecimento do broto mamário, geralmente seis meses depois surgem os pelos pubianos. A menarca que é a primeira

menstruação, considerado um fato marcante da puberdade feminina, ocorre em média aos 12 anos e seis meses no Brasil, podendo variar de 9 a 15 anos. A puberdade feminina envolve toda uma transformação nos órgãos sexuais. O útero, por exemplo, também cresce, para aconchegar o feto durante a futura gravidez. A composição dos tecidos também sofre profunda mudança, especialmente com a deposição de tecido adiposo nos quadris e no abdome. Alterações no esqueleto, como o alargamento da bacia, completam o quadro da formação do contorno feminino característico. (EISENSTEIN; COELHO, 2008, p. 58).

Nos meninos, sinalizam Evelyn Eisenstein e Karla Coelho (2008, p.58 -59) que:

O início da puberdade é evidenciado pelo aumento do volume dos testículos, ocorrendo em média aos 10 anos e 9 meses, mas pode variar de 9 a 14 anos. Em seguida aparecem os pelos pubianos, em torno dos 11 anos e 9 meses, logo após o surgimento dos pelos, o pênis começa a aumentar em tamanho e em espessura. O processo culmina na maturação sexual completa, isto é, na primeira ejaculação com sêmen (a semente), que ocorre por volta dos 14 a 15 anos de idade. Antes, por volta dos 13 a 14 anos, é comum a poluição noturna, ou ejaculação durante o sono. O aparecimento dos pelos [sic] axilares e faciais dá-se mais tarde, em média, aos 12,9 e 14,5 anos, respectivamente. (EISENSTEIN; COELHO, 2008, p. 58-59).

As alterações biológicas que possibilitam alterações na estrutura física não são suficientes para transformar o adolescente em desenvolvimento em pessoa adulta (BERGER E THOMPSON, 1997). São necessários outros aspectos para se alcançar a maturidade, o que inclui alterações cognitivas, sociais e de perspectiva sobre a vida (MARTINS, TRINDADE E 2003; SANTOS, 2005).

Para Ferreira e Nelas (2016) a adolescência é superada quando o sujeito em desenvolvimento atinge a maturidade emocional e social necessária para assumir o papel de adulto de acordo com os padrões culturais do meio onde está inserido. Além das alterações físicas proporcionadas pela puberdade, é na adolescência que o sujeito transita do pensamento concreto para o pensamento abstrato e hipotético (BERGER,2003).

Mudanças cognitivas levam os adolescentes ao pensamento abstrato, a refletir mais sobre “o que deveria ser”, “o que poderia ser”, do que sobre “o que é”. Refletir sobre algo e fazer conjecturas a respeito do futuro deixam de ser atitudes estranhas para eles, que se sentem cada vez mais inclinados a especular e imaginar. Na medida em que fazem, suas emoções se conectarem mais intimamente a seus pensamentos. (ELIAS; TOBIAS E FRIEDLANDER, 2001, p. 65).

Os avanços no desenvolvimento intelectual são notados em ambos os性os, permitindo o raciocínio hipotético-dedutivo, que ajuda a fazer generalizações mais rápidas e entender conceitos abstratos (ZAGURY, 1996). Essa autonomia intelectual pode levar os adolescentes a resistirem a figuras de autoridade, devido à sua habilidade de refletir criticamente e formar opiniões (ALVES, 2008).

Além disso, com o amadurecimento, o adolescente tende a se distanciar da família para se integrar a grupos sociais (FENWICK; SMITH, 1996). Esse comportamento demonstra a capacidade do adolescente de criar novos laços e se integrar a grupos que correspondem aos seus novos ideais (FENWICK; SMITH, 1996).

Essa mudança pode gerar conflitos familiares, pois alguns pais veem o desinteresse dos adolescentes pelas atividades familiares como uma ameaça à estrutura familiar. No entanto, essa atitude não é pessoal; o adolescente está apenas ampliando sua forma de interagir com os outros (ALVES, 2008).

A adolescência pode ser entendida em termos de processos psicológicos, começando com as reações às mudanças físicas da puberdade e se estendendo até a resolução da identidade pessoal (CAMPOS, 1998, p. 15). Esta fase inclui crises de identidade, escolha profissional, busca por autonomia, início da vida sexual, conflitos familiares e emocionais, além de transformações físicas e hormonais (ALVES, 2008).

O conceito de identidade é complexo e abrange áreas como sociologia, antropologia e psicologia (MENESES, 2009). Na sociologia, a identidade é vista como uma construção social (ALVES, 2008), formada pela interação entre o eu e a sociedade, e não por fatores biológicos.

Ela é desenvolvida através das relações com pessoas importantes que transmitem a cultura do mundo (CIAMPA, 1999). Brandão (1986) descreve identidade como um sentimento pessoal e a consciência de um eu único que diferencia cada pessoa dos outros.

Esclarecendo melhor, a identidade é o conhecimento por parte de cada indivíduo da condição de ser uma unidade pessoal ou entidade separada e distinta dos outros, permitindo-lhes reconhecer-se o mesmo a cada instante de sua evolução ontológica e correspondendo, no plano social, à resultante de todas as identificações prévias feitas até o momento considerado. (OSÓRIO, 1992, p. 15).

Para pensar os aspectos psicossociais se faz necessário compreender a teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erickson que trabalha identidade e crise (ERICKSON, 1972). O autor fornece significativas contribuições para a compreensão do desenvolvimento humano no que se refere à formação da personalidade do sujeito. (CARPIGANI, 2010). Tal teoria, se apoia sob o conceito de epigênese (ALVES, 2008), ou seja, a identidade do indivíduo se desenvolve durante toda a sua vida, via estágios e fases (BEE, 2003). E esse desenvolvimento está distribuído em oito estágios e cada um envolve uma crise na personalidade, tal crise deverá ser satisfatoriamente resolvida para que ocorra o desenvolvimento de um ego saudável (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Segundo Tardeli (2007), o desenvolvimento humano é dividido em oito estágios, cada um com uma tarefa psicossocial que o indivíduo deve superar. Os quatro primeiros estágios referem-se à infância, o quinto abrange a adolescência, e os três últimos focam no desenvolvimento adulto (ERIKSON, 1972). A quinta etapa, correspondente à adolescência, é marcada pela reformulação da identidade e a superação da confusão de papéis. Erikson (1972) argumenta que essa crise de identidade é essencial para o amadurecimento do adolescente. A adolescência é um momento crucial na transição para a vida adulta produtiva e madura (ERIKSON, 1972).

É fundamental compreender que, para Erikson, o termo "crise" não implica uma catástrofe ou desajustamento, mas sim uma fase de mudança essencial no desenvolvimento, onde o indivíduo precisa escolher entre diferentes direções e mobilizar recursos para o crescimento. Durante a adolescência, o jovem revisita e questiona as experiências da infância, especialmente em face das transformações fisiológicas da puberdade, e deve lidar com a incerteza dos papéis adultos que surgem (TARDELI, 2007, p. 3).

A crise enfrentada pelo adolescente é um processo necessário e natural para o desenvolvimento da identidade, proporcionando ao jovem uma compreensão mais profunda das experiências acumuladas e uma definição mais clara de seus objetivos futuros. Essa crise é importante porque leva o adolescente a sair de uma postura de reprodução passiva de atitudes e pensamentos e adotar uma abordagem mais individual e madura frente à vida (OSÓRIO, 1992; ALVES, 2008).

Formar uma visão de si mesmo, elaborando gradativamente a noção de quem se é, permeia uma diversidade de fatores que vão integrando questões subjetivas e que se desdobram na coletividade. Construir uma narrativa da própria vivência é algo complexo e socialmente estabelecido, onde tecer um discurso daquilo que conhecemos por identidade é permeado pela história que é vivida e por aquilo que nos mostram quem somos ou que podemos ser (MUNANGA,2019).

Kabengele Munanga (2012, p. 14) afirma que a identidade é fundamental para nossa individualidade, distinguindo-nos dos demais indivíduos passados, presentes e futuros. Ela engloba aspectos históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais. Munanga (2012, p. 6) também destaca que, embora todos sejamos brasileiros, nossa identidade não se limita à nacionalidade; somos moldados por outras identidades, como classe, sexo, religião, etnia, gênero, idade e raça.

Souza (2021, p.46) suscita o impacto que o abismo do racismo imprime no processo de adolescer do jovem brasileiro: “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas”.

Dessa maneira é desafiador estimar o impacto da história de um povo que foi tecida sob o domínio de uma hegemonia branca e rica, onde os padrões aceitos como belo e adequado eram o total oposto daquilo que tanto biológica quanto culturalmente se imprimia no contexto de vida do povo negro. Torna-se assim crucial estabelecer uma compreensão acerca do conceito de raça e de que forma política e economicamente essa concepção estrutura a sociedade.

5 VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL

5.1 Criança e adolescente como sujeitos de direitos

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um marco legal significativo na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. De acordo com Costa (1989), a Constituição estabeleceu três princípios fundamentais para esse público: o da proteção integral, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; o respeito à sua condição peculiar de desenvolvimento, dado que ainda estão em fase de crescimento; e o princípio da prioridade absoluta, que determina que crianças e adolescentes devem receber tratamento prioritário tanto pela sociedade quanto pelo Poder Público, com ênfase em políticas públicas e ações governamentais.

Machado (2003), introduz mais dois: o princípio da igualdade, uma vez que as crianças e os adolescentes possuem o mesmo status jurídico; e princípio da participação na defesa e garantia dos direitos dessa população, pois foi imposto à sociedade, à família e ao Estado o asseguramento dos direitos fundamentais. Como pode ser observado no Art. 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligéncia, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

Fica evidente que a Constituição de 1988, delimita um marco na história da assistência à infância (ROSENBERG, 1988). Tal afirmativa ganha respaldo na fala de Fachinetto (2009):

[...] se, num passado remoto, a criança ou adolescente era coisa consequentemente descartável e, num passado recente, interessava apenas ao direito penal, depois, em razão de alguma patologia, erigia-se um conjunto de normas tendentes à integração sócio familiar (doutrina da situação de risco), modernamente passa a ser considerado como sujeito de direitos, sendo-lhes devida a proteção integral perante a família, a sociedade e o Estado. (FACHINETTO, 2009, p. 53.).

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o Código de Menores de 1979, que sustentava a doutrina da situação irregular, foi substituído (ELIAS, 2005). Sobre essa mudança, Martins destaca:

Contrariando o terrível passado institucional do Código de Menores, o ECA positivou uma política funcional voltada à proteção de todos os direitos, baseada em mecanismos não mais repressores, mas pedagógicos, e de respeito à condição peculiar de desenvolvimento em que se encontram crianças e adolescentes. (MARTINS, 2005, p. 10).

Nesse contexto, o ECA se consolidou como um marco legal essencial na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, ao criar mecanismos e órgãos que implementam a doutrina da proteção integral (ELIAS, 2005). Essa doutrina reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos (FACHINETTO, 2004), assegurando a eles todas as assistências necessárias para o seu pleno desenvolvimento em todos os aspectos de suas vidas (ELIAS, 2005).

5.2 Conceito de Violência

A palavra "violência" vem do latim, especificamente do termo *vis*, que significa "força", e está relacionada à ideia de intimidação e uso de força física contra outra pessoa (MINAYO, 2006). Waiselfisz (2012) define a violência como a imposição de coerção e dano a indivíduos ou grupos.

A violência não acontece de forma isolada; ela é influenciada pela cultura, pelo contexto e pelos padrões sociais (CASIQUE; FUREGATO, 2006). Envolve uma relação de poder, onde o agressor domina a vítima, seja fisicamente, economicamente ou emocionalmente, assumindo uma posição de controle (BARUS-MICHEL, 2011).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (2017), a violência contra crianças e adolescentes é um problema complexo, que envolve diversos fatores, incluindo culturais, sociais, políticos, econômicos e psico-biológicos. Trata-se de uma questão de saúde pública que, no Brasil, têm mostrado altas taxas de mortalidade e morbidade desde os anos 1970 (TARDIVO; PINTO; SANTOS, 2005; BRITO *et al.*, 2005).

A violência durante a infância e a adolescência pode ser um forte fator de estresse, afetando o desenvolvimento normal dessas fases. Crianças e adolescentes, devido às suas condições de desenvolvimento, dependem amplamente dos pais, familiares, cuidadores, da comunidade e das autoridades públicas para seu bem-estar (NUNES; SALES, 2016). É responsabilidade desses grupos garantir a proteção e a segurança necessárias, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990):

Art. 18º - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990).

De acordo com Egry, Apostólico e Morais (2016), a vulnerabilidade das crianças e adolescentes à violência se deve à necessidade de proteção por parte dos adultos, o que exige ações de prevenção e intervenção. Sousa, Damasceno e Borges (2016) ressaltam que, atualmente, a violência contra crianças e adolescentes é vista como um problema sério, que demanda a atenção do Estado, da sociedade e das famílias.

Estudiosos como Pires e Miyazaki (2005) e Nunes e Sales (2016) discutem a violência infantil como um problema social que prejudica a saúde das crianças e adolescentes, com consequências que podem perdurar na vida adulta. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) reconhece a violência infantil como uma violação dos direitos desses jovens:

Art. 5º - “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990).

5.3 Violência contra crianças e adolescentes: suas formas, principais tipos e consequências

Os direitos de crianças e adolescentes podem ser violados de diversas formas, desde a negligência por parte do Estado até situações dentro do ambiente familiar (GALONI, 2019). Isso

resulta em uma violação do dever de proteção que Estado, família e sociedade têm, além de transformar a infância em algo impessoal, negando o direito das crianças e adolescentes de serem tratados como indivíduos em desenvolvimento (MINAYO, 2001).

A violência pode se manifestar de diferentes maneiras: extrafamiliar, intrafamiliar, doméstica e institucional (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Ela pode ser classificada pelo tipo de ação, como abuso físico, negligência, abuso psicológico e abuso sexual (CARVALHO, 2010).

Violência extrafamiliar ocorre quando o agressor não possui laços familiares com a vítima, enquanto a violência intrafamiliar é cometida por alguém com vínculo familiar, podendo acontecer dentro ou fora de casa. A violência doméstica ocorre no ambiente doméstico, mas não necessariamente por quem exerce função parental (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Já a violência institucional é praticada por agentes de instituições, públicas ou privadas, que deveriam proteger e cuidar dos cidadãos (LADEIA; MOURÃO; MELO, 2016).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes pode se manifestar como violência física, psicológica, sexual, abandono intencional e negligência, e pode ocorrer de forma isolada ou combinada (SANTOS, 2005). Pesquisas indicam que a violência física é a mais notificada, seguida por negligência e violência psicológica, e, por último, violência sexual (TARDIVO; PINTO; SANTOS, 2005; BRITO *et al.*, 2005).

De acordo com dados do DISQUE 100, entre janeiro e setembro de 2021, foram registradas 119,8 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Em 2020, esse número foi de 153,4 mil para o ano inteiro. Em 66% dos casos, a agressão ocorreu em casa, e os principais agressores foram os pais (ONDH/MMFDH, 2021).

Durante a pandemia de Covid-19, até maio de 2021, o DISQUE 100 recebeu 25,7 mil denúncias de violência física e 25,6 mil de violência psicológica, sendo que 59,6% envolviam crianças e adolescentes (ONDH/MMFDH, 2021).

Rates (2014) define a violência física como atos de agressão intencional que causam dor física, desde um tapa até o espancamento fatal (MASCARENHAS, 2016). Essas agressões podem gerar emoções intensas como medo e ansiedade, interferindo no comportamento da criança (HOFFMAN, 1975).

Pasian *et al.* (2013) apontam a negligência como o tipo mais comum de maus-tratos, ocorrendo principalmente entre crianças, devido à sua autonomia limitada (SERAFIM; RODRIGUES; PRADO, 2016). A negligência ocorre quando pais ou cuidadores omitem cuidados essenciais, como alimentação, educação e segurança (BACKES, 1999).

Os sinais mais frequentes em crianças negligenciadas incluem atraso no desenvolvimento, desnutrição e doenças crônicas, muitas vezes resultando em acidentes domésticos graves (VAGOSTELLO, 2002).

Violência psicológica é caracterizada por ações que visam causar danos à autoestima ou ao desenvolvimento da criança (DE ANTONI, 2012). Identificar essa forma de violência pode ser difícil,

pois suas manifestações são sutis e silenciosas (RATES, 2014). Ela pode causar insegurança, ansiedade e até pensamentos suicidas (HABIGZANG; KOLLER, 2011).

Violência sexual envolve qualquer ato sexual forçado, com uso de violência ou ameaças, sendo um crime grave contra crianças, adolescentes ou adultos (SANTOS, 2011). As consequências podem ser físicas, psicológicas e sociais, impactando severamente a vida da vítima (CUNHA; BORGES, 2013).

Diferentes formas de violência podem deixar marcas duradouras na psique e personalidade da criança, com consequências graves e duradouras se não tratadas (MAGNI; CORREA, 2016). Segundo Sá *et al.* (2017), a violência infantil causa danos que podem se estender ao longo da vida, resultando em problemas cognitivos e comportamentais. Crianças que passam por experiências traumáticas podem desenvolver comportamentos agressivos, isolar-se socialmente ou abusar de substâncias (LIZARDO, 2014).

É essencial interromper o ciclo da violência por meio de programas de intervenção com pais, educadores e crianças (PASIAN *et al.*, 2013). Carvalho (2010) destaca que o reconhecimento dos efeitos da violência abre espaço para discussões e programas de intervenção.

6 RACISMO ESTRUTURAL E A TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLENCIA

6.1 A abordagem conceitual de raça

O conceito de raça tem sido uma constante ao longo da história, moldando as relações entre indivíduos e povos com base em diversas ideias e propósitos. Originalmente derivado do latim *ratio*, que significa "categoria" ou "espécie", o termo raça foi utilizado inicialmente na Zoologia e na Botânica para classificar espécies de animais e plantas antes de ser aplicado aos seres humanos (ALMEIDA, 2019).

Na Europa, o conceito de raça, junto com os de nação e classe, surgiu como uma forma de entender as relações sociais (MUNANGA, 2004). Durante os séculos XVI e XVII na França, a ideia de raça foi usada para justificar a dominação de classes sociais, com a nobreza se considerando uma "raça pura" em oposição à plebe (MUNANGA, 2004). Com a expansão marítima e o contato com outros povos nos séculos XV e XVI, o conceito de raça passou a incluir a ideia de bestialização (BANTON, 2019).

O contato europeu com outros povos a partir do século XVI questionou o conceito de humanidade, que até então estava centrado na civilização ocidental conforme a visão teológica cristã (MUNANGA, 2004). A expansão mercantilista e a descoberta do "novo mundo" ajudaram a construir uma nova perspectiva filosófica, onde o europeu passou a ser visto como o modelo universal (ALMEIDA, 2019).

No século XVIII, o Iluminismo desafiou a visão teológica da humanidade, buscando explicações racionais e colocando o homem como objeto de estudo (ALMEIDA, 2019). O conceito de raça, já existente nas ciências naturais, passou a ser usado para categorizar os novos povos descobertos, levando ao surgimento de disciplinas como a História Natural da Humanidade, que mais tarde se tornaram Biologia e Antropologia Física (MUNANGA, 2004). Essa distinção entre civilizados e selvagens evoluiu para civilizados e primitivos no século seguinte (ALMEIDA, 2019).

Durante o século XIX, o desenvolvimento do conhecimento humano foi impulsionado por um espírito positivista e uma busca por explicações não teológicas sobre a origem humana, com avanços na anatomia e fisiologia, além de informações sobre culturas distantes (BANTON, 2019). As diferenças humanas passaram a ser tratadas como um objeto científico, e não mais filosófico, com uma visão hierárquica da natureza (ALMEIDA, 2019). Por exemplo, Arthur de Gobineau argumentava que a pele não branca e o clima tropical eram associados a comportamentos imorais e baixa inteligência, recomendando evitar a mistura racial (ALMEIDA, 2019).

As teorias que destacavam a superioridade branca justificaram a colonização e exploração de povos considerados primitivos. Almeida (2019) aponta que a compreensão da raça sempre envolveu contingências políticas e econômicas. No Brasil, as teorias raciais importadas da Europa influenciaram o período da abolição da escravatura e a instauração da república, com teorias como a de Gobineau, que associavam as diferenças raciais à degeneração e fracasso nacional (SCHWARCZ, 1996).

No século XX, a antropologia começou a desafiar a ideia de raça, buscando demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de bases biológicas para a hierarquização das diferenças morais e culturais (ALMEIDA, 2019). Esse movimento ganhou destaque após a Segunda Guerra Mundial, quando o genocídio perpetrado pelos nazistas reforçou a ideia de que a raça é um constructo político e não uma realidade biológica (ALMEIDA, 2019). Aimé Césaire (2006) comparou o genocídio nazista ao que havia sido praticado contra os povos negros, afirmando que não há uma base biológica para a supremacia branca, embora a raça continue a influenciar as relações sociais e políticas (ALMEIDA, 2019).

6.2 As três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural

O sufixo “-ismo” é usado para indicar doutrinas ou crenças, e assim o termo “racismo” foi criado para designar uma ideologia específica (SILVA, 1997). A partir da década de 1920, a expressão começou a ser utilizada, sendo formalmente conceituada nos anos 1940 (SILVA, 1997). Ruth Benedict (2019, p. 87) descreve o racismo como “o dogma segundo o qual um grupo étnico está destinado à inferioridade congênita e outro à superioridade congênita”. Na década de 1960, Berghe (1967, p. 11) definiu racismo como “um conjunto de crenças sobre diferenças orgânicas e genéticas entre grupos humanos, reais ou imaginadas, associadas à presença ou ausência de habilidades ou características socialmente relevantes”.

Tratar o racismo apenas como uma ideologia não abrange totalmente sua complexidade sociológica, que envolve tanto crenças quanto estruturas. Muitas vezes, o racismo é interpretado através dos conceitos de preconceito e discriminação. Segundo Almeida (2019), o racismo se torna naturalizado por meio da ideologia, gerando impactos profundos na sociedade. Exemplos disso incluem a reação estranha que as pessoas têm ao ver um médico negro ou um mendigo branco, demonstrando como o racismo molda a subjetividade através da cultura e educação, e como ele se configura como um processo histórico e político.

Apesar de o racismo ser amplamente reconhecido como um grave problema contemporâneo (CÉSAIRE, 2006), e embora a maioria reconheça sua persistência, muitos ainda têm dificuldade em compreender sua dinâmica (TAGUIEFF, 2001). A literatura especializada continua buscando uma definição de racismo que transforme as visões simplistas do senso comum em categorias analíticas.

Três abordagens principais emergem na sociologia para explicar o funcionamento do racismo. A primeira considera o racismo como um fenômeno individual. Almeida (2019) descreve o racismo individual como uma patologia ou anormalidade, sugerindo que o racismo reside apenas em indivíduos, e não em sociedades ou instituições, que agem de maneira preconceituosa ou discriminatória (ALMEIDA, 2019, p. 36).

A segunda abordagem vê o racismo como institucional, resultante das ações das instituições que, direta ou indiretamente, conferem privilégios e desvantagens baseados na raça, contribuindo para manter a hegemonia de grupos raciais no poder (ALMEIDA, 2019).

A terceira abordagem entende o racismo como um fenômeno estrutural, que serve como base para o funcionamento das instituições e a formação da subjetividade (ALMEIDA, 2019). Almeida (2019, p. 50) afirma que “o racismo é uma consequência da própria estrutura social, moldando relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social ou um desarranjo institucional.”

Enquanto a biopolítica de Michel Foucault (1979) revela como o Estado gerencia as populações através de discursos técnicos, científicos, morais e políticos, a necropolítica de Mbembe (2021) identifica quais corpos são considerados “matáveis” e estão em risco constante de morte, especialmente os corpos racializados. Essa lógica, fundamentada no racismo estrutural, está naturalizada em diversos setores sociais.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE (2019), 56,10% da população brasileira se identifica como negra. Dos 209,2 milhões de habitantes, 19,2 milhões se consideram pretos e 89,7 milhões se declaram pardos. Embora os negros, definidos pelo IBGE como a soma de pretos e pardos, constituam a maioria, essa superioridade numérica ainda não se reflete na sociedade (BRASIL, 2019).

A população preta representa 64,2% dos desempregados e 66,1% dos subutilizados, segundo dados de desigualdades sociais por cor ou raça do IBGE (2019). A Agência Brasil (2019) relata que, mesmo com ensino superior, a população branca ganha 45% a mais do que a preta ou parda com o mesmo nível de formação (NITAHARA, 2019).

Essa desigualdade no mercado de trabalho também se reflete nas condições de moradia. Enquanto 27,9% das pessoas brancas vivem em domicílios sem saneamento, a proporção é de 45,5% entre pretos e pardos (BRASIL, 2019). Dados semelhantes sobre pobreza mostram que 15% dos brancos são considerados pobres, enquanto 32,9% dos negros estão na mesma situação, com 3,6% de brancos e 8,8% de negros em extrema pobreza (NITAHARA, 2019).

A lógica de aniquilamento descrita por Mbembe (2021) revela que a desigualdade e a violência não são negligências do Estado, mas sim resultados de um sistema econômico e político fundamentado no racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). Assim, é crucial considerar o racismo estrutural ao discutir e implementar políticas públicas.

6.3 Filhos da mãe: A violência doméstica contra mulheres negras

Historicamente, o Brasil tem feito avanços significativos no combate à violência contra a mulher; contudo, as taxas ainda permanecem alarmantes. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que, em 2020, cerca de 17 milhões de mulheres foram vítimas de algum tipo de violência no país (BRASIL, 2021).

O Atlas da Violência de 2019 relata um aumento nos homicídios femininos em 2017, com uma média diária de 13 assassinatos, totalizando 4.936 mortes de mulheres, o maior número desde 2007. A violência afeta 52% das mulheres negras, 40% das mulheres pardas e 30% das mulheres

brancas (BRASIL, 2021). Em 2020, as mulheres negras representaram 51% das vítimas de lesão corporal e 52% das vítimas de estupro (BRASIL, 2021).

De acordo com Lourdes Bandeira (2014), a violência contra a mulher não se refere a atitudes de aniquilação de alguém considerado igual em valor e condições de existência. Em vez disso, a motivação da violência seria baseada em desigualdades relacionadas ao sexo, que têm início no ambiente familiar, onde as relações de gênero são estruturadas hierarquicamente. No entanto, é importante reconhecer que raça, idade e classe podem influenciar a posição da mulher dentro do núcleo familiar (BANDEIRA, 2014).

Violências como machismo e racismo visam desumanizar as mulheres, negando-lhes a condição de pessoas e transformando-as em "coisas". Exemplos disso incluem apelidos desumanizadores como "bicha fedorenta", "macaca" e "gambá".

A despersonalização é exemplificada pelo fato de muitas mulheres buscarem ajuda sem seus documentos pessoais ou dos filhos, que foram destruídos ou retidos pelos agressores. A falta de documentos simboliza a negação da existência e da autoridade sobre os filhos (BRITO, 1997).

No contexto da violência contra a mulher, o racismo também se manifesta na sexualidade. Segundo Lia Zanotta Machado e Maria Tereza Magalhães (1998), durante conflitos, as acusações masculinas frequentemente recaem sobre a conduta sexual feminina, frequentemente associando as mulheres negras à sexualidade desviante e à prostituição.

Jackeline Romio (2019) destaca a necessidade de ampliar a compreensão das variáveis envolvidas na violência contra mulheres, especialmente para as mulheres negras, que enfrentam diversos fatores de risco, como conflitos familiares, intolerância religiosa, vulnerabilidade social, racismo e desigualdades socioeconômicas.

Pesquisas revelam que a violência doméstica e familiar contra mulheres negras é um fenômeno complexo, intensificado por múltiplos fatores (WERNECK, 2010). A violência de gênero, quando combinada com a violência racial/étnica, não apenas se soma, mas se potencializa mutuamente (OLIVEIRA *et al.*, 2016).

Segundo Werneck (2010), o racismo, vinculado ao capitalismo e ao patriarcado, confere uma singularidade histórica e política ao fenômeno. A autora sugere que é necessário enfrentar os aspectos estruturais da violência, pois cada tipo de violência experimentado pelas mulheres negras se inter-relaciona e amplifica os demais. O principal erro das pesquisas nesta área foi tratar cada tipo de violência isoladamente, dificultando o enfrentamento dos múltiplos vetores e suas interações (WERNECK, 2010).

Vivenciar a violência doméstica muitas vezes resulta em trauma. Gabriela Lima e Blanca Werlang (2011) argumentam que o trauma interfere nas tentativas de elaboração e representação psíquica, resultando em um impacto significativo no processo de subjetivação.

6.4 Transgeracionalidade da violência

A violência, como expressão do comportamento humano, tem se manifestado de várias formas ao longo da história. O contexto social e histórico exerce uma influência significativa sobre a forma como a violência se manifesta e como os indivíduos a experienciam (SILVA; LIMA; PONTES; MALUSCHKE; SANTOS, 2011).

Segundo Schraiber *et al.* (2009), a violência pode manifestar-se desde formas cruéis, como tortura e assassinato, até formas mais sutis e opressivas, refletindo desigualdades sociais, culturais e de gênero presentes nas sociedades atuais. Schraiber, d'Oliveira, Portella e Menicucci (2009) identificam três formas principais de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: física, psicológica e sexual.

Ramos e Oliveira afirmam que a violência envolve a dominação de um indivíduo sobre outro, reduzindo-o a uma condição de "coisificação" (RAMOS E OLIVEIRA, 2008, p.103). Esta perspectiva destaca a violência como uma negação da igualdade, liberdade e respeito para o sujeito.

Nos últimos anos, a importância de considerar a transgeracionalidade, ou seja, a influência das gerações anteriores sobre o sujeito, tornou-se evidente (BLACK; SUSSMAN; UNGER, 2010). Maluschke (2008) destaca que as heranças familiares e contextuais desempenham um papel fundamental na formação da identidade do indivíduo. O sujeito carrega não apenas heranças familiares, mas também influências sociais, econômicas e culturais de seu contexto familiar (MALUSCHKE, 2008).

A teoria sistêmica contribui para uma compreensão mais ampla das relações familiares, como observado por Muniz e Eisenstein (2009). Eles argumentam que é essencial analisar o indivíduo dentro de seu sistema familiar e social, pois a família atua como um espaço de socialização e transmissão de padrões de comportamento, medos e segredos (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012).

Féres-Carneiro e Magalhães *apud* Scorsolini-Comin e Santos (2016) indicam que os indivíduos tendem a replicar modelos de comportamento e vínculos afetivos observados durante sua vida, perpetuando padrões e transmissões psíquicas. Corrêa (1998) e Abraham e Törok *apud* Rebhein e Chatelar (2013) argumentam que a transgeracionalidade pode manifestar-se como uma ferida ou trauma psíquico, resultando em sintomas psicossomáticos ou psicológicos.

Estudos neuroendócrinos realizados por Stern (1995) e Perry (1995) mostram que experiências traumáticas, especialmente, podem influenciar a estruturação da personalidade e o comportamento através de mudanças na arquitetura cerebral.

Silva, Menezes e Lopes (2010) enfatizam a relevância dos aspectos transgeracionais da violência, observando que o ciclo de violência pode ser transmitido de geração para geração. Almeida (2008) define a transgeracionalidade como uma forma de alienação, onde o indivíduo reproduz comportamentos sem consciência.

Schutzenberger (1997) introduz o conceito de "fantasma", que se manifesta após gerações, revelando segredos e influenciando a família de maneira inconsciente. Schutzenberger (1997)

descreve como essas histórias e segredos familiares se repetem ao longo das gerações e como a investigação dessas histórias pode ajudar a romper com ciclos de abuso.

Rosa *et al.* (2015) discutem fatores que perpetuam a transmissão de violência, como a teoria da aprendizagem social e a legitimidade da violência. Eles destacam que romper com o ciclo transgeracional envolve mecanismos como fatores de proteção, ressignificação do trauma e resiliência. Segundo Rosa *et al.* (2015), fatores como relacionamentos estáveis, psicoterapia e uma rede de apoio social são cruciais para interromper a transmissão psíquica da violência.

A pesquisa de Rosa *et al.* (2015) sobre mães que não perpetuaram padrões de violência revelou fatores de proteção que contribuíram para interromper o ciclo transgeracional. A rede de apoio social e a presença de novas figuras de identificação são essenciais para a transformação e ressignificação da experiência traumática (CORREA, 2000, p. 44).

Participar de terapia grupal ou individual, compartilhar experiências e externalizar eventos traumáticos pode promover uma nova compreensão e transformação da violência. De Antoni *apud* Rosa *et al.* (2015) ressalta que a resiliência e o desejo de mudança são importantes para quebrar o ciclo transgeracional.

O ambiente cultural também desempenha um papel significativo na metabolização do trauma, permitindo ao indivíduo reconstruir sua identidade e assumir um papel ativo em sua vida. Zivani *et al.* *apud* Scorsolini-Comin *et al.* (2016) enfatizam a importância de construir e transformar as heranças psíquicas para enfrentar a transgeracionalidade da violência.

7 A TEORIA BIOECOLÓGICA DE BROFENBRENNER PARA COMPREENSÃO SISTÊMICA DO DESENVOLVIMENTO

O entendimento do desenvolvimento humano abrange diversas perspectivas que, ao serem consideradas, enriquecem a compreensão das mudanças ao longo da vida. Aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos são essenciais para compreender a evolução humana, e é fundamental analisar tanto as características individuais quanto os fatores ambientais que influenciam a formação da identidade (DESEN; GUEDE, 2005).

Os primeiros estudos sobre o desenvolvimento humano, realizados no século XX, utilizaram metodologias científicas baseadas no positivismo e nas ciências naturais. Esses estudos foram pioneiros em revelar as influências que afetam a vida dos indivíduos, ajudando a entender como essas influências impactam o desenvolvimento ao longo do tempo (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006; DA SILVEIRA BECKER *et al.*, 2013).

Pesquisadores da época se dedicaram a compreender como as experiências infantis e o contexto em que a criança está inserida afetam seu desenvolvimento. Urie Bronfenbrenner (1979) introduziu uma abordagem inovadora para entender as variáveis envolvidas no desenvolvimento humano. Ele observou que essas variáveis eram estudadas de maneira fragmentada, o que limitava a compreensão do desenvolvimento de forma integrada e contextualizada (BENETTI; VIEIRA; CREPALDI; SCHNEIDER, 2013).

Durante seu trabalho, Bronfenbrenner revisou suas abordagens diversas vezes. Em 1979, apresentou a Teoria Ecológica, que considerava o ambiente como um fator crucial no desenvolvimento. Em 1992, a teoria evoluiu para incluir a perspectiva da pessoa, resultando na Teoria dos Sistemas Ecológicos. Essa nova abordagem incorporou quatro aspectos inter-relacionados: processo, pessoa, contexto e tempo, dando origem ao Modelo PPCT, que mais tarde foi denominado Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (BENETTI; VIEIRA; CREPALDI; SCHNEIDER, 2013, p. 92).

Os estudos sobre desenvolvimento humano agora são guiados por uma perspectiva integrada, que examina como os fatores ambientais presentes ou ausentes no contexto do indivíduo afetam seu pensamento, sentimentos e comportamentos. A interação entre o desenvolvimento biológico e os aspectos sociais passa a ser considerada em uma relação dinâmica e mútua (BRONFENBRENNER; CECI, 1994).

Bronfenbrenner (1994) destaca que a herdabilidade explica as diferenças individuais dentro de um mesmo ambiente. A teoria propõe que padrões genéticos influenciam o potencial individual e sua capacidade de desenvolvimento seguro, e a interação entre genética e ambiente transforma características herdadas (genótipo) em manifestações visíveis (fenótipo) (BRONFENBRENNER; CECI, 1994). O conceito de processos proximais, descrito como "interações recíprocas e complexas entre o indivíduo e o ambiente imediato" (LORDELLO; DE OLIVEIRA, 2012, p. 262), é central para a teoria de Bronfenbrenner.

Bronfenbrenner e Ceci (1994) argumentam que, especialmente nas fases iniciais da vida, os processos proximais devem ser contínuos e longitudinais para promover um desenvolvimento seguro e efetivo. Exemplos desses processos incluem as interações entre pais e filhos, atividades de lazer, leitura e resolução de problemas.

Fatores essenciais para a ocorrência dos processos proximais incluem a participação em atividades que estimulem o desenvolvimento, a presença de uma base estável de suporte, e a complexidade progressiva das atividades. As relações devem ser pautadas em influência mútua, despertando habilidades e promovendo a curiosidade e elaboração de novas informações (LORDELLO; DE OLIVEIRA, 2012).

Além dos processos proximais, a Teoria Bioecológica explora outras quatro dimensões inter-relacionadas: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. O processo é crucial, pois é através dele que as interações e a aquisição de novos repertórios ocorrem de maneira gradativa e regular (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2007; BENETTI; VIEIRA; CREPALDI; SCHNEIDER, 2013).

A dimensão da pessoa considera tanto fatores biológicos e genéticos quanto atributos pessoais que influenciam a interação com os processos proximais e o ambiente. Bronfenbrenner e Morris (2006) definem essas características como demandas, recursos e disposições/forças, incluindo aspectos como curiosidade, habilidades, experiências e motivação.

O contexto de desenvolvimento é composto pelos subsistemas microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, que interagem para impactar a evolução humana. O microssistema refere-se ao ambiente de convívio direto, como a família e a escola, enquanto o mesossistema descreve a interação entre diferentes microssistemas. O exossistema, que afeta o desenvolvimento sem a participação direta do indivíduo, pode incluir o ambiente de trabalho dos pais. O macrossistema abrange padrões culturais, sociais, políticos e econômicos que moldam o ambiente do indivíduo (BENETTI; VIEIRA; CREPALDI; SCHNEIDER, 2013, p. 94).

O tempo, por sua vez, refere-se ao curso de vida e ao contexto histórico, influenciando como os fatores socioeconômicos e culturais afetam as oportunidades e a qualidade de vida. De Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019) alertam que a falta de enfrentamento dos desafios sociais pode ter efeitos prejudiciais que se reproduzem para as futuras gerações.

A Teoria Bioecológica oferece uma compreensão abrangente do desenvolvimento humano, considerando a influência das variáveis individuais, coletivas e herdadas geneticamente, e como a interação interpessoal e o ambiente contribuem para a formação de pensamentos, emoções e comportamentos ao longo da vida.

8 QUATRO RODAS: TERRITÓRIO DO DESPEJO

O território de Jardim Gramacho, localizado no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, é conhecido por sua história complexa e seus desafios socioeconômicos. Este capítulo tem como objetivo analisar a configuração espacial e social de Jardim Gramacho, abordando sua evolução histórica, dinâmica populacional, condições de infraestrutura e aspectos socioeconômicos que caracterizam a área, com um foco especial no bairro de Quatro Rodas e na população que se formou ao redor do antigo lixão.

O lixão de Jardim Gramacho foi criado na década de 1970 como uma solução para o descarte de resíduos sólidos da cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos. Com uma extensão de mais de 1,3 milhão de metros quadrados, o aterro recebeu resíduos por mais de três décadas, tornando-se um dos maiores aterros sanitários do mundo. Durante sua operação, o lixão não apenas serviu como destino final para toneladas de lixo, mas também como uma fonte de sustento para milhares de catadores de materiais recicláveis que trabalhavam no local (SOUZA, 2017).

O surgimento do lixão atraiu uma grande quantidade de migrantes de diversas partes do Brasil, principalmente do Nordeste, que buscavam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Esses migrantes se estabeleceram em áreas ao redor do aterro, formando comunidades que cresceram em função da economia informal gerada pela reciclagem de resíduos (BARBOSA, 2021).

A população residente nas proximidades do lixão de Jardim Gramacho é caracterizada por baixos índices socioeconômicos. A maioria dos moradores trabalha no setor informal, com uma significativa parcela envolvida na coleta de materiais recicláveis. A renda média das famílias é baixa, refletindo a precariedade das condições de trabalho e a falta de oportunidades econômicas formais (IBGE, 2010).

As condições de vida na região são marcadas por severas deficiências de infraestrutura. A falta de saneamento básico, acesso inadequado a serviços de saúde e educação, e a precariedade das habitações são desafios constantes enfrentados pela comunidade. A vulnerabilidade socioeconômica é exacerbada pela localização geográfica da área, que é suscetível a inundações e deslizamentos de terra, especialmente durante a temporada de chuvas (SILVA, 2018).

Diversos bairros surgiram ao redor do lixão de Jardim Gramacho ao longo das décadas, com destaque para o bairro de Quatro Rodas. Além dele, outras comunidades como Vila Esperança e Parque Vila Nova também se desenvolveram em função da proximidade com o aterro (SOUZA, 2017).

Quatro Rodas é um dos bairros mais diretamente impactados pelo lixão. Formado principalmente por trabalhadores do lixão e suas famílias, o bairro possui uma infraestrutura precária, com ruas mal pavimentadas, saneamento básico inadequado e acesso limitado a serviços públicos. As habitações são, em sua maioria, construções informais, refletindo a marginalização histórica da comunidade (SANTOS, 2021). As residências não possuem acesso adequado a serviços essenciais como água potável e eletricidade (SILVA, 2018).

Os impactos ambientais no bairro de Quatro Rodas são particularmente severos, devido à proximidade imediata com o aterro. A população local enfrenta altos índices de problemas respiratórios, dermatológicos e outras condições de saúde relacionadas à poluição ambiental. Além disso, a contaminação do solo e da água tem afetado negativamente a qualidade de vida e a segurança alimentar dos residentes (PEREIRA, 2016).

O fechamento do lixão de Jardim Gramacho em 2012 teve um impacto significativo na renda das famílias que dependiam diretamente das atividades de coleta e reciclagem de materiais. Para muitos catadores, o lixão representava a principal ou única fonte de sustento, proporcionando um meio de vida, embora precário, para milhares de pessoas. As famílias passaram a sobreviver com R\$11,00 diários por pessoa (TETO, 2014).

De acordo com o relatório de 2014 da ONG TETO (2014), sobre o lixão de Jardim Gramacho, as condições de vida da população local são extremamente precárias, refletindo uma série de desigualdades socioeconômicas e raciais. O levantamento revela que a taxa de analfabetismo entre os moradores é alarmantemente alta. Muitos adultos na comunidade não sabem ler nem escrever, o que limita suas oportunidades de emprego e acesso a serviços essenciais. Essa alta taxa de analfabetismo indica as barreiras enfrentadas por essas pessoas em termos de educação e desenvolvimento pessoal.

Em relação à composição racial da população do lixão, o relatório da TETO (2014) indica que a maioria dos residentes é composta por pessoas negras e pardas. Esta distribuição racial está em conformidade com as tendências observadas em outras áreas de exclusão social no Brasil, onde a população negra e parda frequentemente enfrenta maior vulnerabilidade socioeconômica. Segundo dados do IBGE, a população negra e parda representa uma parte significativa dos grupos mais afetados por desigualdades e pobreza no país. No Censo de 2010, 51,4% da população brasileira se declara preta ou parda, e a desigualdade racial persiste em diversos indicadores sociais, incluindo educação e renda (IBGE, 2010).

Com o encerramento das atividades do lixão, essas famílias perderam sua principal fonte de renda, enfrentando dificuldades econômicas acentuadas. Segundo Bastos e Magalhães (2018), a falta de alternativas imediatas de emprego formal ou de apoio financeiro adequado deixou muitos ex-catadores em uma situação de vulnerabilidade ainda maior. O processo de transição para outras formas de sustento foi lento e insuficiente para atender a todos os afetados, levando a um aumento da pobreza e da insegurança alimentar na região (BASTOS; MAGALHÃES, 2018).

O impacto negativo na renda das famílias também teve efeitos colaterais na comunidade, incluindo um aumento nos índices de criminalidade e problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, devido ao estresse econômico. A perda da rede de suporte social que existia no contexto do lixão, onde os catadores formavam uma comunidade unida e colaborativa, também contribuiu para o aumento do isolamento social e da vulnerabilidade (BASTOS; MAGALHÃES, 2018).

9 METODOLOGIA

9.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa em tela adotou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não são facilmente quantificáveis. De acordo com Minayo (2001, p. 14), essa abordagem permite uma observação aprofundada das relações sociais, buscando entender a realidade de forma mais ampla e detalhada.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa destaca-se pela ênfase no contexto e na análise aprofundada de questões sociais. Ela busca explicar fenômenos e compreender a interação entre os dados coletados. Nesta pesquisa, a abordagem será aplicada, voltada para a solução prática de problemas.

A pesquisa também fez uso da abordagem metodológica Inserção Ecológica (IE), que se baseia no estudo da resiliência e vulnerabilidade dentro da abordagem bioecológica do desenvolvimento humano proposta por Bronfenbrenner (1979/1996). Esta abordagem enfatiza a participação ativa e interativa entre o pesquisador e os participantes, adotando uma perspectiva sistêmica e focando na proteção dos envolvidos (MORAIS *et al.*, 2012; CECCONELLO; KOLLER, 2003). Alinhada ao modelo bioecológico, a metodologia IE considera os quatro elementos fundamentais de observação e intervenção: processo, pessoa, contexto e tempo.

O conceito de processo refere-se às interações contínuas entre o organismo e seu ambiente, englobando processos proximais que, com o tempo, se tornam mais eficientes na troca de afetos, informações e percepções (MORAIS *et al.*, 2012).

Por outro lado, a pessoa é analisada de maneira abrangente, considerando aspectos biopsicossociais. Isso inclui suas habilidades, necessidades, características criativas ou inibidoras, bem como seu desenvolvimento, bem-estar e sofrimento psíquico (MORAIS *et al.*, 2012).

O contexto é entendido por meio de diferentes sistemas que variam em termos de estrutura e complexidade. Os microssistemas representam os processos proximais diretos ao sujeito, os mesossistemas referem-se às interações entre diferentes microssistemas, os exossistemas englobam influências indiretas que afetam o desenvolvimento do sujeito sem contato direto, e os macrossistemas abrangem estruturas mais amplas, como políticas, ideologias, valores e sistemas sociais (MORAIS *et al.*, 2012).

Finalmente, o elemento tempo é considerado como a sequência da vida e inclui transições biológicas, ecológicas e sociais, eventos históricos, a trajetória de vida dos participantes e a interação reflexiva por meio de entrevistas e grupos focais, bem como a imersão dos pesquisadores (MORAIS *et al.*, 2012).

O objetivo, então, ao longo da pesquisa, foi identificar os quatro elementos dentro do recorte da pesquisa escolhida, e como estes interagem entre si. Além de uma visão, segundo Cecconello e Koller (2003), de construção do trabalho, envolvendo o contato entre pesquisador e participante, com vínculos sistêmicos.

Segundo Ceccanello e Koller (2003, p.280), “a inserção ecológica possibilita não somente uma articulação entre teoria e método, mas uma excelente possibilidade de articulação entre método e matriz epistêmica, ou seja, momento de reajuste e colocação sobre novos eixos”, emerge então como uma opção de estudos que conseguem unir tanto as características dos indivíduos, quanto o contexto, e a articulação entre os elementos, segundo os autores.

Os mesmos ponderam os estudos de Silveira (1996) ao descrever que não se pretende diminuir a ação e efeito do observador no ambiente, mas sim de analisar todo o sistema de observação, como uma visão integrada. A pesquisa em IE irá coletar não somente o recorte objetivo dos dados, mas também dados que não se relacionam diretamente ao projeto, mas que de algum modo, conversam de modo integralizado (CECCANELLO; KOLLER, 2003).

9.2 Participantes da pesquisa

A pesquisa será desenvolvida na Organização Não Governamental - HAJA, localizada na comunidade de Quatro Rodas, no bairro de Jardim Gramacho, pertencente ao município de Duque de Caxias-RJ. O território de estudo é popularmente reconhecido como “Gramacho” ou “território do lixo”, pois possuiu durante 34 anos, o maior lixão da América Latina (BASTOS, 2005; PINTO 2004). A comunidade de Quatro Rodas foi fundada por famílias de catadores de material reciclável que descobriram na atividade de catação a única alternativa de trabalho. Os recicladores foram se agrupando em torno do vazadouro, formando vários aglomerados habitacionais desordenados, sem saneamento básico, acesso à água, energia elétrica, enfim destituídos das mínimas condições básicas de habitação, e aos poucos a população foi crescendo e se tornando numerosa (BASTOS, 2014). Tais dados são importantes para entender as necessidades da população, as dificuldades já postas e para melhor compreender quais contextos macro e exossistêmico, como refere a Inserção Ecológica (CECCANELLO; KOLLER, 2003)

A escolha pela realização da pesquisa no HAJA foi motivada primeiramente pelo contexto territorial de vulnerabilidade social e naturalização da violência infantil como ferramenta pedagógica, tema de muito interesse para pesquisadora, uma vez que a mesma integra a equipe de pesquisadores do LEVICA e pelo vínculo empregatício da pesquisadora com a ONG.

A ONG HAJA possui uma equipe multiprofissional constituída por: um pedagogo, um assistente social, um psicólogo, um administrador, um recreador, um captador de recursos e uma estagiária de pedagogia. Assiste de forma direta 1.286 pessoas através de diversos projetos tais como: 1) A cozinha solidária que tem como objetivo fornecer refeição saudável a população que vivem em situação de extrema pobreza na comunidade Quatro Rodas e Chatuba na comunidade de Jardim Gramacho; 2) Educação Complementar que visa oferecer acesso à Educação Integral com ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades, auxiliando-os nos conteúdos escolares das crianças e dos adolescentes da comunidade de Quatro Rodas e da Chatuba; 3) Esporte e Ação que tem o intuito de medir a violência através do esporte, ensinamentos e princípios com base na ordem e na

organização, nossa missão é construir pontes para um futuro melhor na vida de crianças e adolescentes; 4) Grupo com mulheres – oferece reunião de mulheres que é realizada semanalmente com o intuito de dar voz a essas mulheres e estimulá-las, mesmo com todas as dificuldades, a lutarem coletivamente por melhorias em sua comunidade; entre outros projetos e atividades.

9.3 Critério de inclusão e exclusão para participantes

– Critério de inclusão: mães ou cuidadoras legais, de crianças e/ou adolescentes, de 5 a 18 anos de idade, moradoras da Comunidade Quatro Rodas que frequentam com regularidade os encontros de mulheres que ocorrem toda terça-feira na HAJA. Por conta de termos saído a pouco tempo de um ano pandêmico, em que o isolamento social ocorria devido a COVID-19 (MARQUES *et al.*, 2020). Sendo assim, será necessário a apresentação da carteira de vacinação contra a COVID-19.

– Critério de exclusão: Mães ou cuidadoras legais de crianças abaixo de 5 anos de idade, que residem em regiões que fogem do recorte da pesquisa e que não participam com regularidade dos encontros para mulheres que ocorrem toda terça-feira na HAJA.

9.4 Instrumentos

Diário de Campo: O instrumento a ser utilizado ao longo da pesquisa será operado exclusivamente pela autora. Os diários de campo são ferramentas frequentemente empregadas em pesquisas que envolvem observação participante e abordagens etnográficas (AFONSO *et al.*, 2012). No contexto da Inserção Ecológica (IE), este instrumento é empregado pela pesquisadora para identificar e interpretar o modelo PPCT (AFONSO *et al.*, 2012). O diário de campo facilita a organização e categorização dos momentos descritivos e reflexivos que surgem durante a pesquisa, além de permitir o registro detalhado das observações realizadas pelo pesquisador (AFONSO *et al.*, 2012).

b) Entrevista estruturada para as mães e/ou cuidadoras legais (APÊNDICE 1):

A entrevista é definida por Hagquette (1997) como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo (BONI E QUARESMA, 2005). Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos, podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc; já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados (BONI E QUARESMA, 2005). O instrumento foi utilizado pela pesquisadora com o objetivo de colher informações objetivas,

referentes à transgeracionalidade da violência, das cuidadoras inseridas nesse território, para isso foi elaborado pela autora da pesquisa um questionário contendo 10 perguntas. (APÊNDICE 1).

c) **Questionário de Estilos Parentais - IEP:** O objetivo deste instrumento é estudar a maneira utilizada pelos pais na educação dos seus filhos. O Inventário de Estilos Parentais (IEP), publicado pela Editora Vozes (2006) e favorecido pelo Conselho Federal de Psicologia em julho de 2005, apresenta como certas práticas utilizadas pelos pais na educação dos filhos podem acarretar, por um lado, o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais e, por outro, o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais de crianças e adolescentes (SAMPAIO,2007).

a) **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):** contém informações essenciais da pesquisa, a fim de prestar esclarecimentos quanto aos objetivos, métodos, justificativa e o caráter voluntário e sigiloso dos dados dos participantes (APÊNDICE 02).

b) **Termo de Anuênciia para o equipamento referido:** contém informações sobre a pesquisa e termos de autorização para participação da pesquisa (APÊNDICE 03).

9.5 Procedimentos

A Inserção Ecológica, sinaliza a importância de um envolvimento contínuo do pesquisador com os participantes no contexto em que a investigação ocorre (CECCONELLO E KOLLER,2003). Para que isso ocorra é necessário o estabelecimento de vínculo nas relações dos envolvidos, ou seja, pesquisador e pesquisadora (KOLLER *et al.*, 2004). Dessa forma, o passo inicial para a introdução da Inserção Ecológica já foi realizado, devido ao vínculo empregatício que a pesquisadora com a ONG HAJA, tendo seu início em julho de 2020, possibilitando um contato contínuo com as mães e cuidadoras que frequentam a ONG, no período, permitindo a criação de vínculo entre a pesquisadora e o público a ser pesquisado.

1^a fase: o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética estando em conformidade com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e Resolução 16/00 do Conselho Federal de Psicologia.

2^a fase: Solicitação da assinatura dos Termos de Anuênciia para a instituição (Apêndice 04), termo que prevê o consentimento da ONG HAJA para realização da pesquisa e Termos de Assentimento das mães e cuidadoras (Apêndice 03) um documento de resguardo tanto para o pesquisador quanto para a ONG e a amostra pesquisada. O termo foi assinado pelos participantes da pesquisa assim que se iniciou os procedimentos de pesquisa, agindo de acordo com as diretrizes da bioética.

3^a fase: seleção dos participantes de acordo com critérios de inclusão/exclusão;

4^a fase: início da coleta de dados através do diário de campo e questionários.

5^a fase: Análise da coleta dos resultados.

5^a fase: Elaboração do texto final da dissertação;

Submissão do artigo;

6^a fase: Defesa da dissertação.

9.6 Questões éticas

Esta pesquisa segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas normas complementares, que regulamentam a realização de estudos envolvendo seres humanos. O estudo compromete-se a utilizar os dados pessoais dos participantes exclusivamente para fins científicos, assegurando o sigilo e evitando o uso das informações de forma que possa prejudicar indivíduos ou comunidades.

Os riscos potenciais para os voluntários incluem o possível desconforto ao responder perguntas sobre o histórico familiar e sobre a perpetuação da violência na criação dos filhos. Por outro lado, os benefícios incluem a contribuição para um projeto que visa compreender como a violência transgeracional afeta famílias em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a formulação de políticas públicas futuras para combater a violência contra crianças e adolescentes, além de gerar questões relevantes para futuras pesquisas acadêmicas.

Os participantes serão informados de que a participação é voluntária e não será remunerada. Contudo, será garantida a indenização por danos comprovadamente decorrentes da participação, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Caso necessário, as despesas relacionadas à participação, como alimentação, serão cobertas pelo pesquisador. Os dados coletados serão armazenados em arquivos pessoais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada na BR-465, Km 7, Seropédica - Rio de Janeiro, CEP: 23.897-000, por um período mínimo de cinco anos.

10 RESULTADOS E DISCUSSÃO

10.1 Revisão Integrativa da Literatura nacional

Desde 1980 a Revisão Integrativa da Literatura (RIL) é relatada na literatura como método de pesquisa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Este método inclui a análise de pesquisas relevantes, viabilizando a síntese de um determinado assunto, sinalizando também lacunas que precisam ser ocupadas com a produção de novas pesquisas. Desta forma, Mendes Silveira e Galvão afirmam:

Para a elaboração da revisão integrativa, no primeiro momento o revisor determina o objetivo específico, formula os questionamentos a serem respondidos ou hipóteses a serem testadas, então realiza a busca para identificar e coletar o máximo de pesquisas primárias relevantes dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores, sendo necessário seguir padrões de rigor metodológico, clareza na apresentação dos resultados, de forma que o leitor consiga identificar as características reais dos estudos incluídos na revisão (Ibid., p. 760).

Para realização da revisão integrativa será necessário seguir os seguintes passos: 1º elaboração da pergunta norteadora; 2º busca ou amostragem na literatura, 3º coleta de dados, 4º análise crítica dos estudos incluídos, 5º discussão dos resultados e 6º apresentação da Revisão Integrativa (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010).

Seguindo as fases na elaboração da Revisão Integrativa da literatura, foi elaborada a pergunta norteadora: “Como se constitui a transgeracionalidade da violência em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social?”. Após esta definição, foram combinadas as palavras-chaves: [Transgeracionalidade e violência]; [Transgeracionalidade; violência; inserção ecológica]; [Transgeracionalidade; criança; adolescente] [Transgeracionalidade; violência; racismo].

Os critérios de inclusão adotados nesta pesquisa foram: artigos publicados em português, inglês e espanhol, publicados nos últimos dez anos. Os critérios de exclusão incluem: teses e dissertações.

Posteriormente à busca inicial, foi realizada a análise dos títulos e resumos dos artigos e foram selecionados aqueles disponíveis na íntegra. Os artigos que cumprirem estes critérios serão analisados na íntegra e serão integrados na pesquisa.

O objetivo deste capítulo visou a realização de uma Revisão Integrativa da literatura sobre o escopo de pesquisas que relacionam *Transgeracionalidade da violência e violência infantojuvenil*. Sobre a realização da Revisão Integrativa, a primeira etapa da pesquisa, trata-se da busca nas bases de dados, esta foi realizada nas seguintes plataformas: American Psychological Association (APA PsycInfo), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico durante o período de 8 de agosto à 17 de agosto de 2022.

Para tal, foram organizadas as seguintes combinações de descritores: [Transgeracionalidade da violência; infância e adolescência]; [Transgeracionalidade da violência; família pobre]; [Transgeracionalidade da violência; família em vulnerabilidade]; [Transmissão da violência; infância e adolescência]; [Transmissão da violência; família pobre]; [Transmissão da violência; família em

vulnerabilidade]; [Transgenerationality of violence; childhood and adolescence]; [Transgenerationality of violence; poor family]; [Transgenerationality of violence; family in vulnerability]; [Transgenerationality of violence; childhood and adolescence]; [Transmission of violence; poor family]; [Transmission of violence; family in vulnerability]; [Transgeneracionalidad de la violencia]; [Transgeneracionalidad de la violencia; infancia y adolescencia] ; [Transgeneracionalidad de la violencia; familia pobre]; [Transgeneracionalidad de la violencia; la familia en la vulnerabilidad]; [Transgeneracionalidad de la violencia; infancia y adolescencia]; [Transmisión de la violencia; familia pobre] e [Transmisión de la violencia; la familia en la vulnerabilidad].

10.1.1 Resultados da RIL

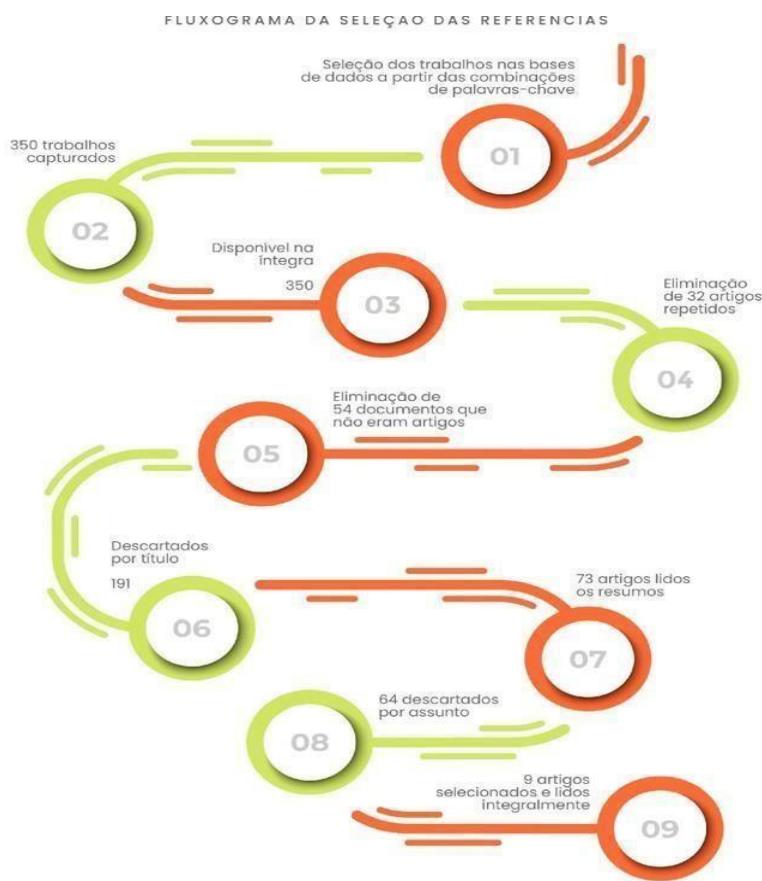
Importante ressaltar que as plataformas PsycInfo e Social Care não apresentaram resultados para os descritores utilizados. No Google Acadêmico, foi considerado o recorte de página até a página 05, devido à pouca sensibilidade da plataforma. Sendo assim, foram capturados 350 artigos e ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, ficaram 9 artigos para serem analisados.

A partir dessa etapa, foi realizada a leitura e a contabilização dos trabalhos selecionados, primeiramente por título, depois por resumo. Na análise por resumo, foram selecionados 9 artigos a serem lidos na íntegra para organizar um conjunto de artigos para análise e categorização. Após esta análise, 6 artigos foram excluídos, visto que não tratavam da temática a que se propõe esta pesquisa. Por fim, foram capturados 3 artigos para análise e categorização.

A segunda etapa referiu-se à organização dos resultados encontrados, que foram ordenados em uma planilha com as respectivas especificações: “base de dados”, “idioma”, “disponível na íntegra”, “textos que não eram artigos”, “textos repetidos”, “textos descartados por assunto no título”. Posteriormente, aplicou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos em idioma português, inglês e espanhol, publicados nos últimos 20 anos (entre 2002 e 2022), que estivessem dentro do tema pesquisado e estivessem disponíveis na íntegra.

A partir do fluxograma foi possível selecionar 3 artigos para elaboração de um quadro para a sistematização destes (figura 3). Entendendo a limitação em número dos achados na revisão, optou-se por organizar uma temática que alinhasse todas as referências encontradas e que pudesse dar fundamentação a esta pesquisa. Este procedimento pode ser melhor observado pelo fluxograma a seguir.

Tabela 2: Fluxograma do processo de Revisão Integrativa da Literatura (elaborado pela autora)



Fonte: Autor

Observando a Tabela 3, nota-se que 2 artigos foram publicados no período relativamente atual, 2019, sendo o primeiro em uma revista internacional, o segundo em uma revista nacional e o terceiro foi publicado em revista nacional de Psicologia no ano de 2007. Além disso, os 3 artigos tratam de pesquisas que contribuem beneficamente para a compreensão do que é a transgeracionalidade da violência. Vale ressaltar que, 2 artigos pontuam estratégias de intervenção para a ruptura da transmissão psíquica transgeracional da violência e o outro aborda um olhar humanizado para os cuidadores que efetuam comportamentos violentos para com os seus filhos.

Sobre os temas centrais das referências selecionadas, os achados estão envolvidos com as palavras-chaves desta pesquisa (transgeracionalidade, violência e racismo). A saber: dois dos artigos têm sua pesquisa em torno da temática da transgeracionalidade psíquica da violência praticada contra os seus filhos, sendo que um artigo relaciona a transgeracionalidade ao racismo.

Em relação à metodologia, o primeiro artigo diz respeito a um ensaio teórico, o segundo artigo tem como metodologia a pesquisa documental e usa como objeto nove processos judiciais de Destituição do Poder Familiar referente aos anos de 2010 a 2015 da Vara da Infância da Comarca de Joinville-Santa Catarina e o terceiro artigo utiliza a análise de narrativa como instrumento para sua pesquisa.

ARTIGOS SELECIONADOS PARA ESTUDO	
ARTIGO 1	
Autor	Eliana Reis Schueler
Artigo e Ano	Transmissão transgeracional–subjetivação do trauma coletivo. 2019
Revista	Primórdios
Palavras Chave	Trauma, Memória traumática, Transgeracionalidade, Racismo, Clivagem
Local de Estudo	Rio de Janeiro
Objetivos	Suscitar uma discussão de como, no Brasil, a memória da escravidão se transmite como marca traumática, através de gerações de filhos das “famílias brancas”, em uma modalidade de racismo característico de nossa sociedade
Recursos	Ensaio Teórico
Nº de amostras	S/n
ARTIGO 2	
AUTOR	Mariana Datria Schulze; Aline Cristine de Moura Alves
Artigo e Ano	No limite do psíquico e do legal: a transgeracionalidade em processos de destituição do poder familiar. 2019
Revista	Opinião Jurídica
Palavras Chave	Destituição do Poder Familiar; Transgeracionalidade; Violência intrafamiliar
Local de Estudo	Joinville - Santa Catarina
Objetivos	Compreender quais aspectos da transmissão psíquica transgeracional se fazem presentes no desempenho do papel parental de pais e mães que estavam na eminência de perder a guarda de seus filhos
Recursos	Pesquisa documental
Nº de amostras	Nove processos judiciais
ARTIGO 3	
Autor	Maria Bonafé Sel; Isabel Cristina Gomes
Artigo e Ano	Violência familiar, o transgeracional e a arteterapia com famílias: Aproximações. 2007
Revista	Encontro: Revista de Psicologia
Palavras Chave	Família, violência, arteterapia
Local de Estudo	Não indicado
Objetivos	Discorrer sobre a transmissão psíquica transgeracional da violência transgeracionalidade da violência e apresentar a arte terapia como instrumento para auxiliar na ruptura da transgeracionalidade da violência
Recursos	Análise de Narrativa
Nº de amostras	S/n

Fonte: Autor. Tabela 3

O tópico a ser discutido corresponde ao tema que envolve a análise das referências extraídas durante o processo de Revisão Integrativa e a inserção ecológica realizado no território da pesquisa; ambas as metodologias convergiram na mesma categoria cuja a temática é: **violência intrafamiliar na relação cuidador – filho(s): reflexões sobre a transmissão psíquica transgeracional da violência**, está por sua vez, será discutida a seguir.

10.2 TRABALHO DE CAMPO SOBRE A VIOLENCIA INTRAFAMILIAR NA RELAÇÃO CUIDADOR – FILHO(S): REFLEXÕES SOBRE A TRANSMISSÃO PSÍQUICA TRANSGERACIONAL DA VIOLENCIA

A violência intrafamiliar, aquela que ocorre dentro do seio da família, se apresenta como um fenômeno grave e complexo, que se repete através das gerações, acarretando diversas consequências nos âmbitos físico e emocional para os indivíduos envolvidos na mesma.

A pesquisa realizada por Sei e Gomes (2007) sinaliza que os vínculos criados dentro da dinâmica familiar, seria o responsável pela configuração do psiquismo e que os membros da família estão ligados através de laços afetivos transmitidos psiquicamente com o passar dos tempos e permeados por aspectos inconscientes. Ou seja, segundo as pesquisadoras, ao nascer, a criança herda não apenas elementos genéticos de seus pais, mas também possui uma herança psíquica, sendo que construirá sua identidade através das identificações com esse grupo inicial, isto é, a família, e posteriormente com os grupos externos, ou seja, com a sociedade de maneira geral.

Nesse sentido, Sei e Gomes (2007) ao discutir a transmissão psíquica da violência entre as gerações, pontua que a família se configura como um espaço psíquico comum que possibilitaria a ocorrência, através de modalidades diversas, da transmissão psíquica. As autoras relacionam tal transmissão, aos aspectos ocultos não elaborados, que é marcada por vivências negativas, de maneira que o que se transmite é aquilo que não pode ser contido, o que não encontra inscrição no psiquismo dos pais é depositado no psiquismo da criança.

Tais aspectos sinalizados, podem ser observados nos relatos a seguir que estão direcionados a mães, que serão identificadas como cuidadora 1 e cuidadoras 2 para a preservação de suas identidades. Ambas são mulheres negras, mães solo. A cuidadora 1 é mãe de 7, cada um de filhos de parceiros distintos. A cuidadora 2 é mãe de 10 filhos, ambos de genitor diferentes.

Relato da cuidadora 1:

Karol, você não tem idéia de como era a minha mãe. Minha mãe era um monstro, cada coisa horrível que já vivi com ela. Nossa, ela já enfiou uma faca em mim quando eu era criança, olha aqui... (mostrou a cicatriz). Ela já enfiou um garfo em mim também. Eu puxei da minha mãe desse jeito explosivo. Não tenho paciência. Quando eu vejo, já estou enfiando a mão no meio da cara mesmo (falando da sua relação com os filhos). (CUIDADORA 1).

Minha mãe era muito difícil, Deus me livre. Ela já me bateu com tudo que você pode imaginar: pedra, madeira, ferro, já me furou. Minha mãe era muito complicada. (CUIDADORA 2).

O primeiro relato diz respeito à cuidadora 1. É o relato de um educador da Ong Haja, sobre uma experiência vivida na ONG. Já o segundo relato, é de um outro profissional da organização e diz respeito à cuidadora 2. Ambos os relatos, reforçam a transmissão psíquica da violência, como pode ser observado a seguir:

Menina, você não tem ideia, a cuidadora 1, é muito violenta. Foi tão pesado que eu precisei entrar na terapia. Foi assim, eu estava aqui dentro da sala e como você pode ver, dá para ver tudo que acontece na rua (porque é uma parede de vidro). Do nada, eu escuto ela gritando, de uma forma muito furiosa, a filha dela (uma menina de 13 anos). Karol, quando eu olhei pra ver, ela estava, literalmente, arrastando a menina pelos cabelos. Depois ela começou a chutar a menina em todas as partes do corpo. Todas. Até na genital. (PROFISSIONAL 1).

Ela (cuidadora 2), é uma das mães mais violentas da comunidade. Tanto os filhos morrem de medo dela. Uma vez, a filha mais nova dela me contou, que ela bateu com a perna de três (um tipo de madeira) na filha mais velha e quase quebrou o joelho dela. (PROFISSIONAL 2).

Relato do filho de 7 anos da cuidadora 1:

Minha mãe bate em nós por qualquer coisa. Qualquer coisa, tia. Eu sinto muita raiva dela. Quando ela ficar velhinha e eu for grande, eu vou fazer com ela a mesma coisa que ela faz comigo. (FILHO 1).

Relato da filha de 13 anos da cuidadora 2:

Minha mãe não ama ninguém não, tia. Lá em casa é cada um por si e Deus por todos. Minha mãe não bate, ela arrebenta a pessoa. (FILHA 1).

No caso da violência familiar, ao se considerá-la como um fenômeno que se repete nas diferentes gerações, trazendo sofrimento para os integrantes do grupo familiar, pode-se pensá-lo como estando atrelado ao que se denomina de transmissão psíquica transgeracional (SEI E GOMES, 2007).

Nesse sentido, Corrêa (2003), ao discutir a transmissão psíquica entre as gerações, pontua que a família se configura como um espaço psíquico comum que possibilitaria a ocorrência, através de modalidades diversas, da transmissão psíquica. Para Schulze e Alves (2019), trata-se de uma transmissão em que não houve a possibilidade de elaboração daquilo que foi herdado e, devido a isso, a reprodução do abandono, da violência e do abuso se apresenta como eminente.

Outro aspecto sinalizado por Schulze e Alves (2019), durante a sua pesquisa, foi o quanto as partes envolvidas não têm consciência de sua herança e o quanto isso influencia seu papel parental, tanto na execução dele quanto na omissão, como também, é produtor de sofrimento psíquico para a criança uma vez que a mesma se sente, desamparada ao vivenciar repetidas vezes a negligência do amparo emocional por partes dos seus pais. O último aspecto sinalizado por Schulze e Alves (2019), conversa com a minha pergunta de pesquisa, no qual me interesso saber sobre qual impacto essa violência gera no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Relato da filha de 13 anos da cuidadora 1:

Eu sinto muita vontade de morrer. Sei lá tia, acho que eu sou o problema de tudo. Eu tento fazer tudo certo, mas a minha mãe não tá nem aí. Tudo que acontece dentro de casa, minha mãe já chega batendo em geral, nem quer saber quem tá errado. Eu me sinto muito sozinha, acho que a minha mãe não me ama. Sinto muita raiva também, muita coisa que meu irmão mais novo faz eu arrebento ele (Risos). Minha mãe me bate e eu bato nele. (FILHA 2).

Relato da filha de 13 anos da cuidadora 2:

“Tia eu me sinto muito sozinha. Eu sinto muita vontade de morrer. Às vezes, me dá uma coisa e eu começo a cortar o meu braço com a gilete ou com o caco de vidro que eu arrumo. Tia, aqui é a lei da selva. Por isso que sou assim, nervosa, explodo, bato em geral mesmo” (FILHA 1).

Relato de uma profissional da ONG HAJA:

“Gente, as crianças aqui são impactadas diretamente pela violência que sofrem em casa. Elas têm dificuldade de aprendizagem, são violentas demais, são muito carentes, algumas você percebe que não cresceram o suficiente.... Olha, aqui é muito complicado”

(PROFISSIONAL 3, DIÁRIO DE CAMPO).

As consequências da violência transgeracional na vida das crianças e adolescentes de Quatro Rodas, tem sido muito séria, sendo possível observar consequências físicas, sociais, emocionais e cognitivas. Um ambiente familiar hostil e desequilibrado, pode afetar seriamente não só a aprendizagem como também o desenvolvimento físico, mental e emocional de seus membros; pois, o aspecto cognitivo e o aspecto afetivo estão interligados, assim, um problema emocional decorrente de uma situação familiar desestruturante reflete diretamente no seu pleno desenvolvimento (WEISS, 2004). É pensando nessa infância violada, ou prestes a ser violada, que precisamos rever certos conceitos e estratégias de ação, pois a violência transgeracional pode causar danos irreparáveis nos desenvolvimentos físico e psíquico de crianças e adolescentes.

Outro aspecto importante para se observar é que ambas as mães foram vítimas de maus tratos na infância e repetiram essa experiência com os seus filhos e os seus filhos repetem o comportamento violento com os demais. Dessa forma, o herdado passa a ser a perpetuação da violência física, conforme exposto nos dois casos em que o ciclo de violência ultrapassa as gerações. Tais evidências dialogam com as encontradas por Schulze e Alves (2019), que observaram a perpetuação da violência física transgeracional nos oito casos estudados por elas.

Como sinalizado por Schueler (2019), a transgeracionalidade da violência também ganha uma perspectiva coletiva e histórica que fica exposto através da memória da escravidão que vai transmite através das gerações suas marcas traumáticas. A autora aponta como as marcas deixadas pela escravidão transmite ferida traumática que afetam diretamente a população preta. Essa marca traumática, na minha pesquisa, indiquei como sendo racismo estrutural.

Schueler (2019), faz uma análise da sociedade brasileira, trazendo a escravidão como o principal marco da constituição do Brasil como nação. Ela analisa a forma como é transmitido o racismo entre as gerações. Porém, segundo a autora, a transmissão não se reduz às experiências individuais levadas por um indivíduo a seus descendentes e sim à de uma perpetuação repetitiva de certos modos de subjetivação que constituem o caráter de um povo. As marcas traumáticas do racismo, pode ser evidenciado, nas falas de algumas mulheres negras de quatro rodas:

“Menina, minha avó não sabia ler, minha mãe não sabe ler, eu nunca fui à escola porque sempre precisei ajudar minha mãe com o trabalho. Karol, a vida do povo aqui é muito diferente” (CUIDADORA 3).

“Karol, ninguém tá nem aí pra gente não (risos). Já olhou para o lado? Aqui só tem gente preta que trabalha com lixo, a maioria nunca foi pra escola. Neguinha, tem gente aqui que nem certidão de nascimento tem. Tu acha mesmo que vai chegar água, luz, esgoto? Duvido. (Risos)” (CUIDADORA 4).

“Preta linda, se um cara espancar a mulher dele aqui na comunidade, tu acha que a polícia entra pra ajudar? Só se for lá onde você mora. Aqui só entra o rabecão para pegar o corpo.” (CUIDADORA 5).

“É mole, esses dias fui na clínica da família, andei igual uma corna pra chegar lá, debaixo de sol, para mulher querer me esculachar só porque ela sabe que sou catadora e não sei ler. Ah... duvido deixei ela se criar não” (CUIDADORA 6).

Uma das questões dessa pesquisa é: O racismo é compreendido como um fenômeno que também estrutura a lógica da transgeracionalidade da violência? Tais relatos evidenciam que sim, o racismo também estrutura a lógica da transgeracionalidade.

Na fala dessas mulheres fica evidenciado a compreensão de que os seus corpos são descartáveis/desvalorizados pelo Estado, pelo simples fato de serem pretas e pobres. Tais fatores respaldam e justificam o não direito e acesso a educação, a saneamento básico, a vida e dignidade, a saúde; e o não acesso aos direitos fundamentais à vida está enquadrado dentro de um ciclo transgeracional, como sinalizado na fala da cuidadora 3.

Sem que elas soubessem o termo científico que analisa a estrutura violenta pelas quais tais mulheres são atravessadas, elas exemplificam de forma fidedigna o que é a necropolítica. Que é essa política do deixar morrer, da diferenciação das vidas que são defendidas e as que são abandonadas, é a lógica de aniquilamento que está por detrás dos dados apresentados (MBEMBE, 2021).

Uma das minhas perguntas de pesquisa foi: Quais estratégias de intervenção têm sido aplicadas no Brasil na última década para o rompimento da transgeracionalidade da violência? É possível tanto da revisão integrativa da literatura, quanto na fala das cuidadoras, nos relatos das crianças e adolescentes uma violência que não é apenas física ou psicológica a ausência de intervenções por parte de políticas públicas.

É a violência que furta dessas pessoas o direito de possuírem direitos, sendo um fenômeno transgeracional. Porém, a ausência de qualquer tipo de política pública específica ou até mesmo estratégias de intervenções por parte dos dispositivos de proteção, que vise romper o ciclo da violência transgeracional, no território de Quatro Rodas, que está colocada desde o aspecto macro: política, economia, educação; até o aspecto micro: relações interpessoais, sinaliza um modelo de organização social que ignora as marcas da escravidão deixada no Brasil.

11 FAMÍLIA, VIOLENCIA E TRANSGERACIONALIDADE: ANÁLISE DE UM MICROSSISTEMA

De acordo com Yunes e Juliano (2010) o Microssistema é onde são dadas as relações mais íntimas, pessoais e próximas. Nesse sistema, as relações são corporais, as chamadas relações “face a face”. Essa relação mais próxima se desenvolve em locais como, por exemplo: a família, a escola, a creche, a universidade, ou qualquer instituição que envolva interações e relacionamentos interpessoais mais próximos.

Segundo Bronfenbrenner, o microssistema “é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicos” (BROFENBRENNER, 1979/1996, p. 18). Por se tratar de um sistema com relações interpessoais mais próximas, os Microssistemas são caracterizados por relações afetivas. Essas relações podem ser positivas ou negativas, mas envolvem afetos que são extremamente relevantes para o desenvolvimento de qualquer indivíduo.

O microssistema relatado e analisado a seguir, diz respeito a uma mãe, que nesse momento será identificada como C, mulher preta, de 36 anos de idade, que nasceu no território de Quatro Rodas-Jardim Gramacho. Sua história é selecionada para compor o corpo teórico deste trabalho primeiro: pelo estabelecimento de vínculo seguro com a participante da pesquisa, ocorrendo através dos processos proximais que segundo Da Silveira et.al (2009), possibilita a interação efetiva e recíproca entre a pessoa e o ambiente onde está envolvida; segundo: a transgeracionalidade da violência e a ausência dos direitos fundamentais para a existência humana são marcas impressas durante toda a história de vida de C; terceiro: sua história se assemelha a história de vida de muitas outras mulheres e homens do território de Quatro Rodas; quarto: sua história conecta de forma direta com os meus objetivos de pesquisa, como também responde algumas das minhas perguntas de pesquisa.

11.1 Sua Infância e adolescência

C, cresceu em Quatro Rodas, foi fruto de um relacionamento instável, o convívio com o pai é inexistente e tudo que ela sabe sobre ele vem dos relatos da sua mãe. Seu pai possuía características toxicomaníacas e era considerado um homem violento e que, por vezes, agredia fisicamente e psicologicamente a sua mãe. Por fim, quando C tinha, apenas, após alguns meses de vida, seu pai abandonou.

C relata que a sua infância e adolescência foram atravessadas pela pobreza e por múltiplas agressões. Ela afirma que a sua mãe era uma mulher muito violenta e que não tinha nenhum limite quando a educava. As agressões na maioria das vezes eram físicas, sendo manifestadas através de: queimadura, paulada, soco, facada, segundo C, muitas vezes sua mãe batia com a sua cabeça na

parede, entre outras formas de violência física. Ela relata que também sofria muita violência psicológica.

“Karol, minha mãe me xingava de tudo quanto era nome, falava coisas horríveis pra mim, me ameaçava o tempo todo que ia me matar. Minha mãe nunca foi mãe” (RELATO DE C).

Mas segundo C, a pior violência que ela sofreu na infância foi a sexual. Como pode ser observado no relato a seguir:

“Karol, minha mãe já se juntou com muitos homens, o que foi uma coisa muito complicada. Mas teve um, que destruiu minha vida. Olha é muito difícil pra mim falar isso (choro). Karol, quando eu tinha uns 7 ou 8 anos, minha mãe morou com um homem que começou a fazer coisas que não devia comigo. Quando eu contei para a minha mãe, ela não acreditou muito em mim, mas foi tirar satisfação com ele. Karol, você não vai acreditar! O cara virou pra minha mãe e disse que queria que eu também fosse mulher dele e que se ela não deixasse, ele iria embora de casa. Karol, minha mãe deixou (choro). Karol, ele abusava de mim, penetração mesmo, com a minha mãe me segurando. Karol, minha mãe também comeu o pão que o diabo amassou, quando ela era criança. Mas não justifica. Aí te pergunto, isso é mãe aonde? Isso é um demônio” (RELATO DE C).

Com 10 anos, para fugir desse cenário de tortura (Relato de C), ela foge de casa e começa a morar na rua. Porém, dentro do território de Quatro Rodas, depois de uma semana dormindo na rua, uma mulher a acolhe dentro de casa e C começa a trabalhar na catação no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho. Com 13 anos de idade, ela aluga um barraco com o namorado e começa a viver uma vida independente até a sua fase adulta.

É possível observar que os direitos C foram violados e negligenciados de diversas formas, desde a perspectiva familiar, como também pela perspectiva institucional, considerando aspectos legais e de negligência do próprio Estado.

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990).

Contudo, o que se tem é uma transgressão do poder/dever de proteção do Estado, da família e da sociedade em geral, que deixou uma criança exposta a todos os tipos e formas de manifestações de violência. Sustentado por uma coisificação da sua infância preta. Pois, uma vez coisificada, nega-se a C o seu direito de ser tratada como sujeito e pessoa em condições especiais de crescimento e desenvolvimento.

As consequências relacionadas ao abuso sexual, a negligência, a violência física e psicológica, estão presentes em todos os aspectos da condição humana, deixando marcas físicas, psíquicas, sociais, sexuais, entre outras, que poderão comprometer seriamente a vida da vítima que passou por determinadas violências (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008).

11.2 Fase adulta

C é uma mulher preta, que atualmente tem 36 anos de idade, mãe de 10 filhos, chefe da família, arrimo dos filhos e neto, parou de estudar no ensino primário, quando tinha 10 anos, para trabalhar na catação. C reside em uma casa construída com materiais recicláveis, contendo seis cômodos.

Atualmente, C não trabalha e sua renda mensal é de R\$ 600,00, valor referente ao Auxílio Brasil e vive com o seu parceiro, pai da sua filha de um ano de idade. Com intuito de compreender melhor a estrutura familiar de C, foi construído um organograma 1, como pode ser observado a seguir, tal instrumento foi elaborado com o auxílio da sua filha de 17 anos.

Só é possível entender a organização da sociedade brasileira em seus aspectos políticos, econômicos e até mesmo jurídicos, com a análise da questão racial e de gênero. Uma vez que, no Brasil 34,5% da população urbana vive em assentamentos análogos à

Não é possível entender a organização da sociedade brasileira em seus aspectos políticos, econômicos e até mesmo jurídicos, sem a análise da questão racial e de gênero. Uma vez que, no Brasil 34,5% da população urbana vive em assentamentos análogos à extrema pobreza, sendo a maioria chefiados por mulheres pretas (BORGES, 2022). Não se trata de um descuido do Estado, trata-se de uma questão estrutural pautada em hierarquizações definidas a partir de aspectos classe, raça e gênero (ALMEIDA, 2019).

E é interessante observar como a realidade social vivenciada por mulheres negras no processo sociohistórico brasileiro se repete. Por quase quatro séculos, de 1500 a 1822, o Brasil foi colônia portuguesa, período em que os colonos se utilizaram da dominação e exploração do povo escravizado, povo esse, que foi desumanizado e mantido em péssimas condições, tendo que enfrentar a fome e doenças (NASCIMENTO, 2016).

A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornava-se natural, e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. (SCHWARCZ, 2012, p. 37).

Dessa forma, é possível observar que C é diretamente atravessada por uma política do descaso/descarte, tal atravessamento de coloca de forma transgeracional, seus ancestrais vivenciaram tal violência. Outro aspecto importante a ser observado é a troca de parceiros, que no caso de C foram 7. Tal aspecto se torna interessante, porque na fala de C ela problematiza esse fato no estilo de vida da sua mãe, como pode ser observado:

“Karol, minha mãe já se juntou com muitos homens, o que foi uma coisa muito complicada” (RELATO DE C).

Tal fator, passa a ser, nesse caso, uma questão transgeracional. Maluschke (2008) sinaliza que o conjunto de heranças, passadas pelos pais, certamente contribuirá para a formação da identidade da criança. Tais heranças são sustentadas e fortalecidas pelas crenças passadas de geração a geração. As pessoas dentro do grupo familiar podem ou não continuar perpetuando estas crenças, acreditando que os referenciais indicados servem como parâmetros para guiar seu caminho pessoal.

11.3 Relacionamento com os filhos

Segundo relato dos seus filhos e até mesmo da C, ela não é uma mãe carinhosa e tem comportamentos violentos com os filhos, como pode ser observado a seguir:

“Karol, não sei, não consigo dar carinho, sabe?! Abraçar essas coisas, não consigo. Me incomoda mesmo. Aí Karol, quando eles me enchem o saco eu perco a paciência, e quando eu pego eu acabo machucando. É muito ruim, porque acabo fazendo coisas parecidas, com algumas coisas que a minha mãe fazia comigo” (RELATO DE C).

“Karol, quando a minha mãe pega, ela pega para arrebentar mesmo. Teve uma vez que ela bateu com a minha cabeça na parede. Ela já me bateu com pau, teve uma vez que ela correu atrás de mim com uma barra de ferro, eu pensei que naquele dia ela iria me matar. Garota, a minha irmã pegou uma coisa de alguém na escola, minha mãe colocou o ovo para ferver, tirou o ovo da água quente e colocou na mão da minha irmã e ficou segurando a mão dela com o pano de prato pra ela não soltar. Minha mãe é muito sem noção. Por muito tempo odiei ela. Eu já até denunciei ela para o Conselho Tutelar, mas não deu em nada. Eles não entram aqui.” (RELATO DA FILHA DE 17 ANOS).

É interessante observar que a narrativa de C sobre a sua história de vida, mas especificamente sua infância, é permeada de ressentimentos e rancor para com a sua mãe, mediante a violência que a mesma perpetrhou contra ela. Ao ponto de C questionar se o papel que era executado por sua cuidadora era realmente o de mãe “Isso é mãe aonde” (RELATO DE C). É uma denúncia implícita a esse não ser mãe, ao não cuidado, a não proteção, a compreensão dos danos que tais negligências podem ocasionar.

Porém, fica explícito a repetição de um padrão disfuncional de comportamento, que é reconhecido e lamentado por C. Tal comportamento diz respeito às ações violentas direcionadas aos filhos. Isso se dá, porque o sujeito tende a seguir modelos de referência, no que se refere a vínculos afetivos e padrões comportamentais (FANCO, CARNEIRO E MAGALHÃES, 2018). C se percebe, em momentos específicos da sua vida, agindo da mesma forma que os seus ancestrais.

A transgeracionalidade da violência, que atravessa a história de vida de C, é explicada por Almeida (2008), como um fenômeno que se manifesta, em muitos casos, em paralelo a violação de direitos, onde é criado um ciclo que se retroalimenta e que é transmitido de uma geração para a outra. Sendo uma forma de alienação, ou seja, o indivíduo reproduz fortuitamente tal conteúdo, sem mesmo se perceber agindo de tal modo (ALMEIDA (2008, p.48), durante o ato ou até mesmo após ele.

11.4 Mesossistema: ONG HAJA como rede de proteção de C

O mesossistema é a interrelação entre diferentes contextos e ambientes frequentados por uma mesma pessoa. (CECCONELLO e KOLLER, 2003, p.518). Nesse momento será demonstrado como interação da ONG Haja com a C impactou de forma positiva a família da mesma. Porém, antes disso será descrita a estrutura de funcionamento da Haja.

A ONG HAJA possui uma equipe multiprofissional constituída por: um pedagogo, um assistente social, um psicólogo, um administrador, um recreador, um captador de recursos e uma estagiária de pedagogia. Assiste de forma direta não apenas a C, como também 1.285. Porém, será destacado os projetos que a C e sua família frequentam toda semana. São eles:

- A cozinha solidária que tem como objetivo fornecer refeição saudável a população que vive em Quatro Rodas, bairros ao entorno e para os alunos da educação complementar, onde 6 dos 10 filhos de C frequentam diariamente.
- Educação complementar que visa oferecer acesso à Educação Integral e Esporte e Ação, participam de forma direta 6 filhos de C.

- Grupo com mulheres que oferece reunião de mulheres, realizada semanalmente, C participa de assiduamente.

A história de vida de C ganha notoriedade quando a sua filha de 10 anos de idade, precisa ser afastada do projeto, segundo C, por estar doente. Um mês depois a criança retorna para as atividades na Haja, no entanto com a palma de uma das mãos, cicatrizada de algo que parecia ser uma queimadura. Quando a criança foi questionada, foi possível perceber uma resistência em relatar o que havia ocorrido. A psicóloga chama a irmã de 17 anos que também frequenta a organização para entender o que havia acontecido, como pode ser observado a seguir:

“Karol, eu preciso que você me ajude. Mas a minha mãe não pode saber que eu te contei. Cara a minha mãe tá sem noção. A minha irmã pegou um brinquedo de uma criança na escola, como castigo minha mãe colocou um ovo para cozinhar, tirou o ovo da água fervendo e colocou na mão da minha irmã e apertou com o pano de prato. Karol, olha isso... eu preciso muito que você ajude a gente. Há uns anos eu denunciei a minha mãe ao conselho tutelar, por maus-tratos, mas cara, não deu em nada” (DIÁRIO DE CAMPO).

Quanto às situações de violência acontecem nas famílias, é possível perceber uma indiscriminação de papéis entre seus integrantes, além de sintomas diversos apresentados por seus componentes, em especial pelas crianças (SEI E GOMES, 2007). A família como um todo é quem deve ser vista como um paciente (RAMOS, 1992), sendo importante que a mesma seja realmente vista, acolhida e compreendida, de maneira que consiga se constituir como um espaço de acolhimento, de desenvolvimento e saúde (SEI E GOMES, 2007). Pois, de nada adiantaria trabalhar a questão dos direitos da criança e do adolescente se a família não for amparada (PEREIRA, 2000).

Dessa forma, a equipe multiprofissional sentou, realizou um estudo de casa para pensar e construir recursos que ampare a família no sentido de romper com o ciclo de violência, acolha as crianças e adolescentes desta família para intervir e conseguir acolher as demandas que poderiam surgir devido às agressões. Dessa forma, foi traçado um plano de ação. E vale destacar que esse movimento foi realizado com o conhecimento e consentimento do CREAS território. Sobre o CRAS e CREAS do território:

“Por várias vezes tentamos nos conectar com esses dispositivos. Várias vezes. Tentamos convidar os profissionais para participarem de rodas de conversar com a população aqui na ONG, participar das reuniões das mulheres. Já realizamos denúncias. Porém, a resposta era que eles não entrariam no território por ser uma área de risco” (DIÁRIO DE CAMPO).

Foi realizado o primeiro encontro com C, juntamente com a psicóloga e a assistente social da HAJA, onde ela foi questionada sobre o hematoma na mão da filha de 10 anos. Contudo, de forma que protegesse o sigilo da sua filha de 17 anos. C relatou que, de fato, havia colocado o ovo quente na mão da criança como forma de correção. Durante o seu relato, foi possível perceber que havia uma autocobrança com relação ao comportamento violento. Ela foi ouvida, acolhida, porém foi realizado uma confrontação empática, no qual foram pontuados os seguintes assuntos: os direitos da criança e do adolescente; o que é o ECA, os crimes cometidos por ela; foi notificada que o CREAS estava ciente do caso dela; foram pontuados também as possíveis consequências que poderiam ocorrer caso o seu comportamento não mudasse. Dessa forma, foi realizado um acordo:

- Começar a terapia com a psicóloga da Haja, toda segunda- feira, 14h. Vale destacar que algumas intervenções seriam com todos os membros da família.
- Participar das rodas de conversa sobre como educar os filhos sem o uso da violência

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do e o Conselho Nacional de Assistência Social (2008, p. 23), declara que “a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente”. Segundo o modelo de Bronfenbrenner (1979), a família é uma unidade funcional, isto é, um microssistema que possui um papel extremamente importante para o amadurecimento biopsicossocial das crianças e adolescentes. E qualquer instituição, por melhor que seja, não substitui o papel da família quanto à criação e desenvolvimento da criança e do adolescente (HOLLMANN, 2014).

Dessa forma, o objetivo da Haja era ajudar essa família a se tornar um lugar seguro para todos os membros desta família. Após 5 meses de trabalho com C, pode ser observado uma melhora muito significativa na sua relação com os filhos. Os filhos relataram que ela não batia mais, como forma de punição ela retirava alguma coisa que eles gostavam, estava mais controlada, conversava mais com eles, estava sendo mais carinhosa. O resultado foi tão significativo que a HAJA implementou um trabalho com todas as mães que tenham os seus filhos matriculados no projeto de educação integral, esse trabalho diz respeito a rodas de conversa sobre a temática da educação sem o uso de violência.

Mediante o exposto a ONG HAJA, têm se colocado de forma ainda muito embrionária como um instrumento para o rompimento da transgeracionalidade da violência. Porém, a demanda é muito complexa e apresenta um quantitativo de famílias muito alto. Seria necessário, entretanto é inexistente um trabalho muito articulado com as redes de proteção. É possível observar uma desresponsabilização dos deveres dispositivos públicos para com essa comunidade. Essa falta de compromisso com o seu propósito, como exemplificado pelo CREAS. Que traz à tona a manutenção do racismo estrutural, que é um modelo de organização social que privilegia um grupo de certa etnia ou cor em detrimento de outro, percebido como subalterno, com isso, são produzidas uma série de práticas excludentes (ALMEIDA, 2019).

12 Resultado do Inventário de Estilos Parentais

A forma como as famílias lidam com as questões envolvidas no fenômeno da vulnerabilidade social, com mais ou menos resiliência, também passa pela questão dos estilos parentais presentes nessas famílias.

Os primeiros estudos sobre estilos parentais foram elaborados por uma psicóloga do desenvolvimento humano, a estadunidense Diana Blumberg Baumrind .Ela criou esse modelo teórico, destacando três modalidades de controle por parte dos pais: autoritativo, ou *com autoridade*, como sendo o mais efetivo que os dois outros tipos de controle: o autoritário e o permissivo (WEBER, PRADO,VIEZZER E BRANDENGURG, 2004).

De acordo com Weber, Prado, Viezzer e Brandenburg (2004), Baumrind definiu os pais autoritativos como pais que se esforçam para educar seus filhos de uma forma mais racional e orientada. Nesse estilo parental, o diálogo entre pais e filhos é um fator determinante na relação. Embora os pais autoritativos exerçam controle em pontos divergentes nessa relação, não restringem a criança, reconhecendo seus interesses.

Ainda de acordo com Baumrind, os autores acima afirmam que pais autoritários controlam a criança com regulamentos de condutas absolutas. São favoráveis a medidas punitivas contra as crianças, diante dos conflitos de ideias.

Finalmente, Baumrind aponta os pais permissivos como mais interessados em não punir os filhos, mesmo que para isso não consigam ser um agente responsável para moldar ou direcionar seu comportamento. Esse estilo permissivo foi desmembrado em mais dois: estilo indulgente e estilo negligente.

O estudo sobre estilos parentais é de grande relevância, uma vez que envolve a família e consequentemente toda a sociedade. Todas as pessoas receberam uma educação que, com certeza, foi muito importante para que elas sejam do jeito que são. A maneira mais adequada de educar e se relacionar com os filhos vem sendo muito pesquisada nas últimas décadas. E o estudo dos estilos parentais trata esse assunto de forma objetiva, investigando o conjunto de comportamentos dos pais que cria um clima emocional em que se expressam as interações pais e filhos, tendo como base a influência dos pais em aspectos comportamentais, emocionais e intelectuais dos filhos. (WEBER, PRADO, VIEZZER e BRANDENDURG, 2004, p. 329).

Pesquisar os estilos parentais certamente traz ao pesquisador uma melhor perspectiva sobre as famílias pesquisadas. De acordo com Salvo, Silvares e Toni (2005) “o desenvolvimento infantil é o somatório de diversos fatores, porém, os pais estão entre os mais importantes”. (p. 194).

O estilo parental, portanto, é o resultado da soma das práticas educativas dos pais ou cuidadores ao educar seus filhos. Sendo assim, se há mais práticas negativas que positivas na educação de um pai ou cuidador com seus filhos, esse é um Estilo Parental Negativo. Por outro lado, se um pai tem mais práticas positivas do que negativas com seus filhos em sua educação, terá então um Estilo Parental Positivo.

Gomid (2014) elaborou o Inventário de Estilos Parentais e o resultado deste Inventário, aponta os estilos possíveis, de acordo com o escore encontrado. Na tabela elaborada por Gomid (2014), às práticas positivas e negativas são representadas em 5 tabelas de acordo com as respostas dadas pelos inventariados. As tabelas A e B são referentes às práticas positivas e as tabelas C, D, E , F , G as negativas. Obtém-se o Índice de Estilo Parental (iep) com a seguinte operação: $iep = (A+B) - (C+D+E+F+G)$. Diante do iep se define o Estilo parental. Como demonstrado na tabela abaixo:

1 **Tabela 3 - Interpretação dos resultados do IEP**

Perce ntuais do IEP	Interpretação do Resultado
De 80 a 99	Estilo Parental ótimo, com presença marcante das práticas parentais positivas e ausência das práticas parentais negativas.
De 55 a 75	Estilo Parental bom, acima da média, porém aconselha-se a leitura de livros de orientação para pais para aprimoramento das práticas parentais.
De 30 a 50	Estilo Parental regular, porém, abaixo da média. Aconselha-se a participação em grupos de treinamentos de pais.
De 01 a 25	Estilo Parental de risco. Aconselha-se a participação em programas de intervenção terapêutica, em grupo, de casal ou individualmente, especialmente desenvolvidos para pais com dificuldades em práticas educativas nas quais possam ser enfocadas as consequências do uso de práticas negativas em detrimento das positivas.

Fonte: Gomid, 2014. p.57.

A Tabela 3 apresenta a interpretação dos resultados do Índice de Estilo Parental (IEP), instrumento que avalia a predominância de práticas parentais positivas ou negativas no contexto familiar. O IEP pode variar de -60, indicando ausência de práticas positivas e presença exclusiva de práticas negativas, a +24, que corresponde à ausência de práticas negativas e presença exclusiva de práticas positivas (GOMIDE, 2014). Valores próximos ao polo negativo evidenciam maior risco de manutenção de práticas parentais inadequadas, que neutralizam ou se sobrepõem às positivas, enquanto índices mais próximos do polo positivo indicam forte presença de práticas educativas saudáveis (GOMIDE, 2014).

A tabela classifica os resultados em quatro níveis: de 01 a 25 pontos, indica risco e necessidade de intervenção terapêutica; de 30 a 50 pontos, corresponde a um estilo regular, abaixo da média, recomendando grupos de treinamento; entre 55 e 75 pontos, refere-se a um estilo bom, com sugestões de leitura para aprimoramento; e de 80 a 99 pontos, caracteriza um estilo ótimo, marcado pela predominância de práticas positivas (GOMIDE, 2014).

Foi aplicado, então, o Inventário de Estilos Parentais com os participantes desta pesquisa para delinear seus estilos parentais e todos os participantes apresentaram Estilo Parental de Risco. Abaixo dois pontos sobre o IEP. Os resultados do IEP estão discriminados na tabela 4.

Tabela 4: Resultados do IEP dos participantes

Partic.	(A) Monitoria Positiva	(B) Comportamento Moral	(C) Punição Inconsistente	(D) Negligência	(E) Disciplina Relaxada	(F) Monitoria Negativa	(G) Abuso Físico	Resultado
P. 1	10	10	8	4	10	12	05	(-19)
P. 2	12	11	05	04	02	11	08	(-7)
P. 3	07	12	09	06	07	08	03	(-14)
P. 4	06	08	05	02	06	07	05	(-11)
P. 5	11	09	09	04	08	10	08	(-19)
P. 6	12	12	08	05	10	10	0	(-9)
P. 7	12	08	10	04	10	12	07	(-23)
P. 8	08	08	06	04	07	09	01	(-11)
P. 9	09	09	09	02	08	10	02	(-13)
P. 10	09	12	08	09	11	12	10	(-29)
P. 11	12	12	06	06	01	11	04	(-4)
P. 12	08	07	10	10	10	10	06	(-31)
P. 13	06	10	11	11	06	09	10	(-31)
P. 14	11	08	01	03	01	10	05	(-1)
P. 15	11	09	08	05	06	10	07	(-16)
P. 16	07	08	05	07	02	08	03	(-10)
P. 17	12	08	05	07	08	09	06	(-15)
P. 18	08	08	09	08	01	08	10	(-20)
P. 19	08	10	07	07	06	07	06	(-15)
P. 20	11	14	09	07	06	10	12	(-19)
P. 21	07	06	08	05	07	08	09	(-24)

Fonte: Autor.
Resultado: $(a+b)-(c+d+e+f+g)$.

De acordo com a tabela 4 desta dissertação, todos participantes ficaram abaixo de 25 pontos positivos, sendo esta a interpretação dos resultados como: “Estilo Parental de risco. A partir desse resultado, aconselha-se que as participantes se envolvam em programas de intervenção terapêutica, em grupo ou individualmente, especialmente desenvolvidos para pais com dificuldades em práticas educativas positivas nas quais possam ser enfatizadas as consequências do uso de práticas negativas em detrimento das positivas” (Gomid, 2014. P.57).

Seguem alguns pontos relevantes que são importantes elencar: - Os participantes P11 e P4 são irmãs e ambas apresentaram os seguintes resultados P11 = -12 e P4 = -19, indicando maior presença de práticas negativas. Ambas relatam ter sofrido por parte dos seus pais muita negligência. É interessante observar que o escore de maior valor no resultado de ambas é aquele voltado para a análise de práticas negligentes.

A participante P18 é mãe das participantes P19 e P16. A mãe tem o estilo parental de risco, suas filhas produziram o mesmo estilo na criação dos seus filhos. A participante P18 é considerada uma mãe muito violenta, foi ela que deu a seguinte declaração:

“Karol, você não tem idéia de como era a minha mãe. Minha mãe era um monstro, cada coisa horrível que já vivi com ela. Nossa, ela já enfiou uma faca em mim quando eu era criança, olha aqui... (mostrou a cicatriz). Ela já enfiou um garfo em mim também. Eu puxei da minha mãe desse jeito explosivo. Não tenho paciência. Quando eu vejo, já estou enfiando a mão no meio da cara mesmo - falando da sua relação com os filhos” (P18, DIÁRIO DE CAMPO).

As participantes P12, P13 e P21 são irmãs por parte de mãe, e possuem pais diferentes. É interessante observar que duas das três irmãs, P12 e P13, apresentaram o maior escore (- 31), no que se refere a Estilo Parental de Risco. Quando se analisa a dinâmica familiar dessas participantes é possível observar o atravessamento da transgeracionalidade da violência. Sobre a família, vale destacar que:

Relato da profissional 4, sobre a família:

“Essa família está entre as mais violentas de Quatro Rodas. Karol, toda a comunidade tem medo delas. As mulheres dessa família são as protagonistas da casa e também são as mais violentas. Karol, eu já vi elas se juntarem e espancarem de madeira uma mulher que mora próximo a ONG. Todas elas espancam os filhos, todas” (PROFISSIONAL 4, DIÁRIO DE CAMPO).

Os resultados do IEP reforçam a presença significativa de práticas parentais negativas, expressas na vivência de várias participantes. As irmãs P11 e P4, por exemplo, apresentaram índices negativos (P11 = -12; P4 = -19), com predominância de práticas negligentes, o que dialoga com seus relatos de negligência sofrida na infância. A participante P18, mãe de P19 e P16, também evidencia a transmissão transgeracional da violência: com estilo parental de risco, descreveu práticas violentas herdadas de sua mãe — que a agredia de forma grave — e que hoje se repetem na relação com seus próprios filhos. Já as participantes P12, P13 e P21, irmãs por parte de mãe, evidenciam de forma ainda mais clara esse atravessamento, com P12 e P13 apresentando o escore mais baixo (-31), caracterizando um estilo parental de risco marcado pela violência.

O relato da profissional 4, ao afirmar que essa família é reconhecida pela comunidade como “uma das mais violentas de Quatro Rodas”, amplia a compreensão da gravidade do contexto. Sua fala sugere que a violência, além de estruturante nas relações intrafamiliares, também se projeta para o espaço comunitário, conferindo a essas mulheres um papel paradoxal de protagonismo e temor. A observação de que “todas elas espancam os filhos” indica não apenas a repetição intergeracional da violência, mas também sua naturalização, tornando-se um padrão de disciplina legitimado internamente e temido externamente. Assim, a análise desse caso evidencia como a violência se cristaliza tanto como prática educativa quanto como forma de regulação social no território, perpetuando um ciclo difícil de ser rompido sem intervenção específica e continuada.

Para a questão “*Meu filho tem muito medo de apanhar de mim*”, observou-se que 95% das participantes responderam **sempre** e 5% **às vezes**, não havendo respostas em **nunca**. Esse resultado revela que 100% dos filhos manifestam medo de apanhar dos pais. Já em relação à pergunta “*Percebo que meu filho sente que não dou atenção a ele*”, 80% responderam **sempre**, 16% **às vezes** e 4% **nunca**, o que evidencia a percepção predominante de negligência afetiva. No item “*Meu filho fica machucado fisicamente quando bato nele*”, 60% responderam **sempre**, 20% **às vezes** e 20% **nunca**, apontando que 70% das crianças.

Para a questão “Meu filho tem muito medo de apanhar de mim”, observou-se que 95% das participantes responderam sempre e 5% às vezes, não havendo respostas em nunca. Esse resultado revela que 100% dos filhos manifestam medo de apanhar dos pais. Já em relação à pergunta “Percebo que meu filho sente que não dou atenção a ele”, 80% responderam sempre, 16% às vezes e 4% nunca, o que evidencia a percepção predominante de negligência afetiva. No item “Meu filho fica machucado fisicamente quando bato nele”, 60% responderam sempre, 20% às vezes e 20% nunca, apontando que 70% das crianças sofrem lesões físicas em decorrência de agressões.

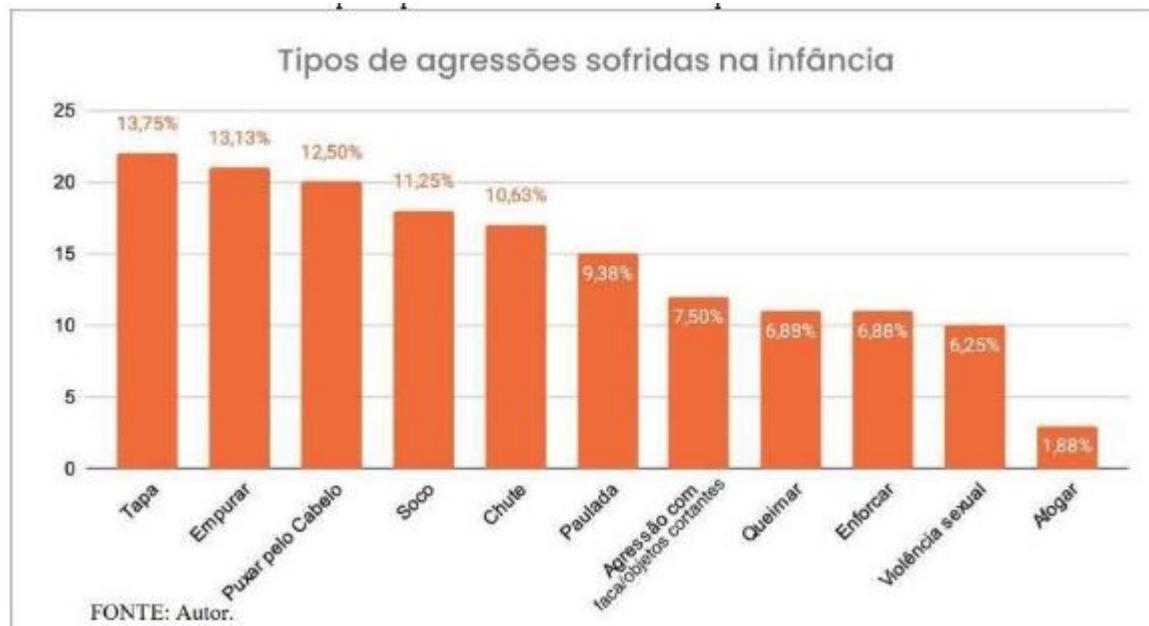
Tais dados confirmam a naturalização da violência no ambiente familiar, aspecto diretamente relacionado ao fenômeno da transgeracionalidade. De acordo com Reis (2019), a violência não deve ser compreendida como um processo de ordem apenas individual, mas como prática transmitida inconscientemente ao longo das gerações, afetando indivíduos, famílias, grupos e povos inteiros. Esse processo perpetua tanto a condição de vítimas quanto a de agressores, consolidando-se como herança intergeracional que atravessa a história de vida das famílias.

Na amostra analisada, todas as 21 participantes apresentaram Estilo Parental de Risco, o que motivou a investigação de seus perfis familiares por meio de questionário. O primeiro bloco abordou a violência sofrida na infância e o segundo a violência doméstica. Em relação à raça, 20 mulheres se autodeclararam pretas e 1 indígena. Quanto à escolaridade, 50,8% das participantes são analfabetas e 82,6% relataram que suas mães também o eram. Todas vivem com renda mensal entre R\$600,00 e R\$1.200,00, possuem entre 2 e 12 filhos, e 39,1% são chefes de família.

Os relatos revelaram que 100% das participantes sofreram agressões na infância como forma de

correção, sendo as mães responsáveis por 65,2% desses episódios, os pais por 26,1% e outros parentes por 8,7%. Em 39,1% dos casos, as agressões resultaram em necessidade de atendimento médico e/ou internação, e o mesmo percentual relatou ter sido vítima de violência sexual praticada pelo cuidador. Esses achados reforçam que a violência vivenciada pelas participantes não se restringe ao âmbito disciplinar, mas configura um processo histórico de vulnerabilização que atravessa suas trajetórias e se reproduz nas práticas parentais atuais, consolidando o ciclo da transgeracionalidade da violência.

Gráfico 2: Principais tipos de violência vivenciado pelas cuidadoras na sua infância



FONTE: Autor.

O levantamento sobre os tipos de agressões sofridas na infância mostra que práticas como tapas (13,75%), empurrões (13,13%) e puxões de cabelo (12,5%) foram as mais recorrentes, seguidas por socos (11,25%), chutes (10,63%) e pauladas (9,38%). Também aparecem situações de agressões com objetos cortantes (7,5%), queimaduras e enforcamentos (ambos 6,88%), além de violência sexual (6,25%) e até tentativas de afogamento (1,88%). Esses números revelam que as experiências de violência vividas pelas cuidadoras não se restringiram a práticas punitivas consideradas “comuns” no contexto disciplinar, mas alcançaram um alto nível de violência que deixaram marcas físicas e emocionais profundas.

À luz da revisão integrativa, esses achados se relacionam com o processo de transmissão psíquica transgeracional da violência. Autores como Sei e Gomes (2007) e Corrêa (2003) indicam que conteúdos não elaborados e experiências traumáticas tendem a ser depositados psiquicamente nos filhos, gerando padrões de repetição. Essa perspectiva ajuda a compreender por que práticas violentas, sofridas pelas cuidadoras em sua infância, reaparecem agora em suas funções parentais.

O mesmo foi discutido por Schulze e Alves (2019), que observaram como a ausência de elaboração

dos traumas herdados resulta na perpetuação da negligência e da violência física, produzindo sofrimento psíquico nas crianças. Isso se confirma nas falas de filhos e filhas que relatam sentimentos de desamparo, raiva e desejo de morte, revelando a gravidade dos impactos emocionais dessa herança familiar.

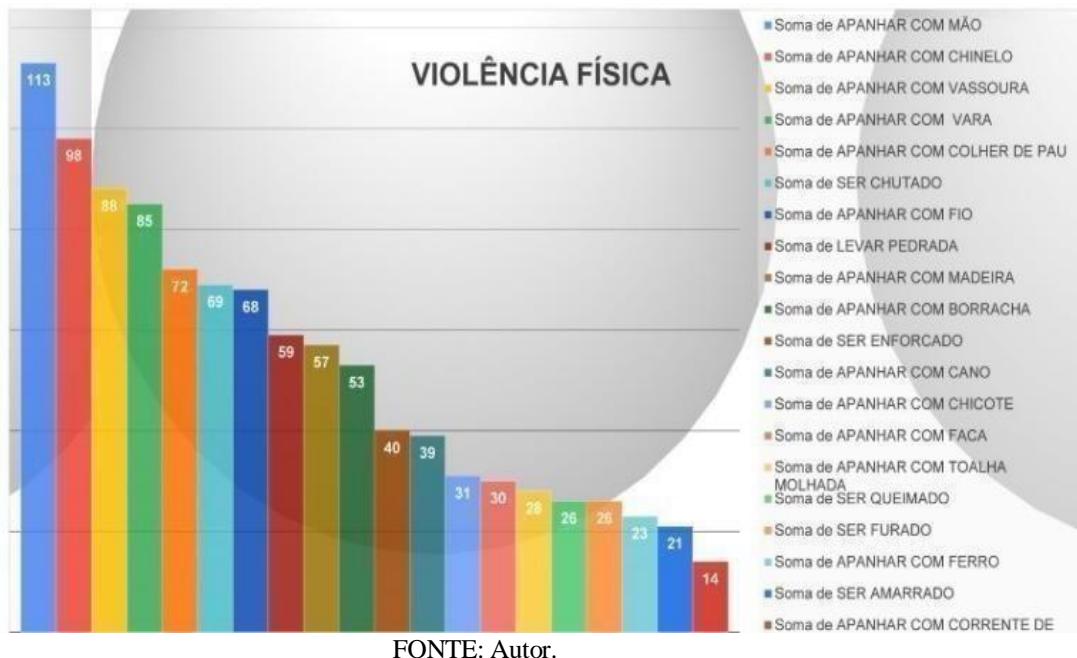
Além disso, a análise de Schueler (2019) aponta que a violência transgeracional não pode ser entendida apenas no nível individual, mas também histórico e coletivo, associada à escravidão e ao racismo estrutural que ainda atravessam a população negra. Tal perspectiva conecta-se ao conceito de necropolítica (Mbembe, 2021), que explicita como determinados grupos são sistematicamente desvalorizados e abandonados pelo Estado. Nas falas das mulheres da comunidade, emergem evidências dessa exclusão estrutural, como a ausência de acesso a direitos básicos e a naturalização da precariedade de vida.

Assim, os dados quantitativos do gráfico, articulados às evidências qualitativas, reforçam que a violência vivida pelas cuidadoras é multifacetada e sistêmica. Mais do que episódios isolados, trata-se de um processo coletivo e histórico que atravessa gerações, legitimando práticas violentas no espaço familiar e produzindo efeitos devastadores no desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes.

“Durante uma tarde, estava conversando com 6 crianças, enquanto aguardava a minha vez de entrar no campo para jogar bola. A conversa estava descontraída, elas estavam rindo e se sentindo muito à vontade. De forma muito natural, fui fazendo algumas perguntas sobre a vida delas, as relações que ambas têm com suas mães, etc. Até que, de uma hora para outra, elas começaram a “disputar” quem já tinha apanhado mais e com quais objetos. Aquilo me assustou muito e ao mesmo tempo achei curioso. Na mesma hora fui anotando as categorias e pensei: foi criar um questionário, com essas categorias e aplicar em todas as crianças matriculadas na haja”. (DIÁRIO DE CAMPO).

A partir dessa experiência, foi elaborado um questionário sobre as formas de manifestação de violência física que crianças e adolescentes sofrem de seus cuidadores como ferramenta pedagógica, o questionário foi respondido por 130 crianças e adolescentes. Os dados coletados podem ser observados a seguir:

Gráfico 3: Formas de manifestação da violência física contra crianças e adolescentes matriculados na Haja.



FONTE: Autor.

Como encontrado na revisão integrativa, transmissão psíquica da violência entre as gerações, ocorre devido a uma impossibilidade de elaboração daquilo que foi herdado e, devido a isso, a reprodução do abandono, da violência e do abuso se apresenta como eminente. É possível observar que existe uma reprodução do modelo de educação que essas mulheres receberam dos seus cuidadores na infância, fazendo com que utilizem a violência como instrumento de manutenção da educação e resolução de conflitos.

Com relação a violência doméstica 100% dizem ter sofrido esse tipo de violência em mais de uma forma, 78,3% afirmam estar em uma relação violenta. Com relação aos tipos de violência, 100% sofreram violência psicológica, 82,6% violência física, 69,6% violência moral e 43,5% violência sexual e patrimonial. E 95,7% constatam a presença de violência doméstica até a terceira geração de mulheres da sua família.

É possível observar que o perfil das famílias desse território que vivem imersas no ciclo transgeracional da violência, no que se refere à cor/raça todas fazem parte de grupos minoritários, com acesso precário a educação formal, são famílias atravessadas pela extrema pobreza, todas vivenciaram episódios de violência na sua infância e reproduzem na fase adulta.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal verificar se crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, são vítimas da violação dos seus direitos por meio da transgeracionalidade da violência e como essa transgeracionalidade dialoga com o racismo estrutural. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi demonstrado que os diversos tipos de violências perpetradas contra crianças e adolescentes são padrões de comportamentos que foram aprendidos e que são repetidos pelos cuidadores, por vezes problematizada por quem a exerce, mas na maioria das vezes são naturalizadas. Na população estudada, a violência familiar e doméstica é um fenômeno que se repete nas diferentes gerações, trazendo sofrimento para os integrantes do grupo familiar e sendo reproduzido de forma inconsciente, produzindo impactos significativos no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo de crianças e adolescentes, como também, uma culpabilização por parte das cuidadoras que reproduzem tal violência.

Foi possível observar durante a pesquisa que o perfil das famílias que compõem esse território vive imerso em um ciclo transgeracional de violência. No que se refere à cor/raça, todas as participantes eram negras ou indígenas. A minha vivência no território durante os 2 anos de pesquisa também me fez concluir que a maioria da população é preta, analfabeta e com pouco acesso a políticas públicas de uma forma geral, remontando todo o processo social-histórico brasileiro, considerando a articulação entre o racismo estrutural e o capitalismo.

Por fim, muitos foram os atravessamentos desta pesquisa, como pesquisadora e principalmente como pessoa. Como pesquisadora, por vezes a conversa com as crianças ou mulheres era interrompida por intervenções policiais no território. Como pessoa, custumo dizer que quem pisa uma vez no território de Quatro Rodas e se propõe a ouvir e observar cada história, não tem como sair da mesma forma. E foi sempre assim, todos os dias. No término da pesquisa, percebi que a entrevista poderia ter abarcado novas perguntas em seu roteiro. Sinto agora que o campo da pesquisa é algo abrangente, ele pode te abraçar, mas também te sufocar.

Portanto, para que este abraço seja possível, indico a inserção de forma mais efetiva no meio pesquisado, não apenas retirando informações, mas devolvendo de forma prática alguns produtos que contabilizem para o trabalho dos equipamentos, fortalecendo a rede socioprotetiva. A pesquisa precisa estar comprometida na criação e execução das políticas públicas, beneficiando a população menos favorecida.

A relevância desta pesquisa reside em sua capacidade de evidenciar a complexa interação entre a violência transgeracional e o racismo estrutural, particularmente em contextos de vulnerabilidade social. Ao demonstrar como esses fatores contribuem para a perpetuação da violação de direitos de crianças e adolescentes, o estudo aprofunda a compreensão de como padrões de violência são aprendidos e reproduzidos ao longo das gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Cecy Dunshee de; ASSIS, Simone Gonçalves de. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde Pública**, v. 27, n. 5, p. 843-854, n. 5, maio 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2011000500003&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do rio de janeiro**. 4º Ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Elaboração de sequências didáticas: ensino e aprendizagem de gêneros em língua inglesa. **Material didático: elaboração e avaliação**, p. 73-85, 2007.
- AFONSO, Tatiana *et al.* O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 131-141, 2015.
- ALMEIDA, Maria Emilia Sousa. A força do legado transgeracional numa família. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, n. 2, p. 215-230, 2008.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pôlen Produção Editorial, 2019.
- ALVES, Fabíola *et al.* As TIC nas dificuldades intelectuais e desenvolvimentais. **Revista Diversidades**, v. 22, p. 25-27, 2008.
- ANTONI, Clarissa de. Abuso emocional parental contra crianças e adolescentes. In: HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena (Org.) **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- ARAUJO DE MORAIS, Normanda; KOLLER, Silvia Helena; RAFFAELLI, Marcela. Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Universitas Psychologica**, v. 11, n. 3, p. 779-791, 2012.
- ARIÈS, Phillippe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- ARPEN. **Número de crianças sem o nome do pai na certidão cresce pelo 4º ano seguido**. Portal Anoreg SP, 2021. Disponível em: <<https://www.anoregsp.org.br/noticias/69139/strongcnn-brasil-numero-de-criancas-sem-o-nome-do-pai-na-certidao-cresce-pelo-4-ano-seguidostrong>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- BACKES, Luciana Dias. **Indicadores de maus-tratos em crianças e adolescentes para uso na prática de enfermagem**. Porto Alegre: Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, 1999.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de

investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 449-469, 2014.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Routledge, 2019.

BARBOSA, Letícia Narciso. **Ambiente e (in)justiça: o racismo ambiental na contextualização de Jardim Gramacho**. 2021. 270 f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BARNETT, Douglas. The effects of early intervention on maltreating parents and their children. In: GURALNICK, Michael J. (Org.) **The effectiveness of early intervention**. Baltimore: Paul H. Brooks, 1997. p. 147-170.

BARUS-MICHEL, Jacqueline *et al.* **Dimensões da violência**: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

BASTOS, Valéria Pereira. **Profissão: Catador: Um estudo do processo de construção da identidade**. Editora Letra Capital: Rio de Janeiro, 2014.

_____. **PROFISSÃO: CATADOR: Um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador**. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais. 2008. 196 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13053@1>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. Os Desafios de efetivar a Política de Resíduos Sólidos brasileira: o caso do lixão de Jardim Gramacho. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 5, n. 10, p. 53-69, 2º sem, 2018.

_____; MAGALHÃES, Andreia Oliveira. Lixão de Gramacho: impactos do encerramento para os catadores. **Temporais**, ano 16, n. 31, p. 379-398, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/12351/10113/38747>>. Acesso em: 3 ago. 2024.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: _____. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Vozes, 2002. p. 470-490.

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BENEDICT, Ruth; MEAD, Margaret. **Raça: Ciência e política**. University of Georgia Press, 2019.

BENETTI, Idonézia Collodel; VIEIRA, Mauro Luis; CREPALDI, Maria Aparecida; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Fundamentos da teoriabioecológica de Uriel Bronfenbrenner. **Pensando Psicología**, v. 9, n. 16, p. 89-99, 2013.

- BERGHE, Pierre L. Van Den *et al.* **Race and racism:** A comparative perspective. New York: Wiley, 1967.
- BRANDENBURG, Olivia Justen. Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. **Psicología: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 3, p. 323-331, 2004.
- BERGER, Kathleen Stassen; THOMPSON, Ross A. **El desarrollo de la persona desde la niñez a la adolescencia** (4^a ed.). Madrid: Medica Panamericana, 1997.
- _____. **O desenvolvimento da pessoa: da infância à adolescência.** Rio de Janeiro: LTC, 2003.
- BLACK, David S.; SUSSMAN, Steve; UNGER, Jennifer B. Um olhar adicional sobre a transmissão intergeracional da violência: Testemunhando a violência interparental na idade adulta emergente. **Jornal da violência interpessoal**, v. 25, n. 6, p. 1022-1042, 2010.
- BOEHM, Camila. **Mais de 40% dos brasileiros até 14 anos vivem em situação de pobreza.** Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/mais-de-40-dos-brasileiros-ate-14-anos-vivem-em-situacao-de-0>>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. Repensando o racismo: em direção a uma interpretação estrutural. **Revisão sociológica americana**, p. 465-480, 1997.
- BORGES, Rosane *et al.* **Introdução ao pensamento feminista negro.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia:** construção da pessoa e resistência cultural. Brasiliense, 1986.
- BRASIL. **Disque 100 tem mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2021.** Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em:<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- BRASIL. **Secretaria Especial de Direitos Humanos.** Relatório do disque 100. Brasília: SNPDCA/Disque 100, 2019 (circulação restrita). Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021>>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 07 jul. 2020.
- BRASIL. **Saúde de adolescentes e jovens.** Caderneta, 2007. Retirado em: 21 mar. 2021, de

<<http://portal.saude.gov.br/saude/>>.

BRASIL. **Indicadores sociais.** Crianças e adolescentes, 2007. Retirado em: 21 mar. 2021, de <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

BRASIL. **Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.** 2007. Retirado em: 20 mar. 2021, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>.

BRASIL. **Ministério da Justiça.** Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990.

BRASIL. **Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.** Disque 100 registra mais de 119 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes, em 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/outubro/disque-100-registra-mais-de-119-mil-denuncias-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021#:~:text=De%20acordo%20com%20um%20levantamento,%C3%89%20um%20n%C3%BAmero%20muito%20alto.>>.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** 2007. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRITO, Ana Maria M.; *et al.* Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência e saúde coletiva**, v. 10, n. 1, p. 143-149, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a15v10n1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRONFENBRENNER, Uriel. Toward an experimental ecology of human development. **American psychologist**, v. 32, n. 7, p. 513, 1979.

_____; CECI, Stephen J. Nature-nature reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. **Psychological Review**, v. 101, n. 4, p. 548, 1994.

_____. The ecology of cognitive development: Research models and fugitive findings. **College student development and academic life: psychological, intellectual, social and moral issues**, 1997.

_____; MORRIS, Pamela A. The bioecological model of human development. **Handbook of child psychology**, v. 1, 2007.

CALIL, Maria Izabel. Do menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de resignificação do sujeito. In: OZELLA, Sérgio. (Org.) **Adolescências construídas:** a visão da psicologia sócio histórica, SP: Cortez, 2003.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o Conceito de Vulnerabilidade Social. In: **XIX Encontro Nacional de Estudos**

Populacionais, ABEP, São Paulo, 2014.

CARCAMO Maria Inês Corrêa. **Configuração territorial e problemas de saúde e ambiente em uma periferia metropolitana:** o caso do bairro Jardim Gramacho – Duque de Caxias. 2013. 113 f. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2013.

CARPIGANI, Berenice. Erik H. Erikson - Teoria do desenvolvimento psicossocial. **Carpsi - Serviços em Psicologia, Saúde e Gestão** [Newsletter], e. 7, ago. 2010. Disponível em: <http://www.carpsi.com.br/Newsletter_7_agosto-10.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

CARVALHO, Cláudia Maciel. Violência Infanto-Juvenil, uma triste herança. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.) **A violência na sociedade contemporânea** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161 f.

CASIQUE, Letícia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Rev Latino-am Enfermagem**, São Paulo, v. 14, p. 137-144, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre el colonialismo**. Ediciones Akal, 2006.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro *et al.* **Atlas da violência 2019**, 2019.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Sílvia Helena. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 16, p. 515-524, 2003.

CIAMPA, Antonio da Costa. (1999). Identidade: um paradigma para a Psicologia Social? Comunicação apresentada em Simpósio no **X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**, Outubro, 1-5, (Mimeo).

CORREA, Olga B. Ruiz. **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

COSTA, Maria Conceição Oliveira. Fecundidade na adolescência: perspectiva histórica e atual. **J Pediatr**, v. 74, p. 87-90, 1998.

SARAIVA, João Batista Costa. **Desconstituindo o mito da impunidade: um ensaio de Direito Penal Juvenil**. Santo Ângelo-RS: Ed. Cededica, 2002.

CUBAS, Márcia Regina; ALTINO, Denise Meira; PEREIRA, Kelly Cristina Máxima; EGRY, Emiko Yoshikawa. Contribuição da CIPESC® na execução das políticas de atenção à saúde da criança no município de Curitiba, Paraná. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 16, p. 453-462, 2007.

CUNHA, Maiara Pereira; BORGES, Lucienne Martis. Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) na infância e na adolescência e sua relação com a violência familiar. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v.33, n.85, p. 312-329, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415711X2013000200008&lng=pt>

&nrm=iso>. Acesso em: 08 mai. 2021.

DA SILVEIRA BECKER, Scheila Machado *et al.* Psicologia do desenvolvimento infantil: publicações nacionais na primeira década do século XXI. **Psico**, v. 44, n. 3, p. 372-381, 2013.

DA VIOLÊNCIA, IPEA Atlas. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rio de Janeiro, 2018.

D'AUREA-TARDELI, Denise. Moral e ética - Preceitos e princípios. São Paulo: Duetto. **Viver mente e cérebro - Coleção: O olhar adolescente**, v. 1, n. 4. p. 22-29, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; GUEDEA, Miriam Teresa Domingues. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 15, n. 30, p. 11-20, 2005.

DE AZEVEDO MAZZA, Verônica; CHIESA, Anna Maria. Necessidades da família no desenvolvimento infantil à luz da promoção da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem Online**, v. 7, n. 3, 2008.

DE SEGURANÇA PÚBLICA, Anuário Brasileiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2021.

DE SOUZA, Larissa Barros; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019.

DOS SANTOS LADEIA, Priscilla Soares; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; DE MELO, Elza Machado. O silencio da violência institucional no Brasil. **Revista Med Minas Gerais**, v. 26, n. Supl 8, p. S398-S401, 2016.

EGRY, Emiko Yoshikawa; APOSTÓLICO, Maíra Rosa; MORAIS, Teresa Christine Pereira. Enfrentamento da violência infantil numa perspectiva de rede: o entendimento dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Investigação Qualitativa em Saúde**. v 2, p. 1464-1471, 2016.

EISENSTEIN, Evelyn; COELHO, Karla. **Crescimento e desenvolvimento puberal**. Saúde do Adolescente, 2008.

ELIAS, Maurice J.; FRIEDLANDER, Brian S.; TOBIAS, Steven E. **Engajando a criança resistente por meio de computadores: um manual para facilitar o aprendizado social e emocional**. National Professional Resources Inc./Dude Publishing, 2001.

ELIAS, Roberto João. **Direitos fundamentais da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado. Rio de Janeiro: RioFilme/Zazen Produções, 2004. 121 min.

FACHINETTO, Neidemar José. **Medida protetiva de abrigo: análise dialética e sua transformação social**. Porto Alegre, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FENWICK, Elizabeth; SMITH, Tony. **Adolescência: guia de sobrevivência para pais e adolescentes.** São Paulo: Ática, 1996.

FERREIRA, Manuela; NELAS, Paula Batista. Adolescências. Adolescentes. **Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health**, n. 32, p. 141-162, 2016.

FERREIRA, Manuela; NELAS, Paula Batista. **Adolescência – Adolescentes.** Educação, ciência e tecnologia, 2002.

FORMIGLI, Vera Lúcia Almeida; COSTA, Maria Conceição Oliveira; PORTO, Lauro Antonio. Evaluation of a comprehensive adolescent health care service. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 16, p. 831-841, 2000.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. **Microfísica do poder**, v. 17, p. 69-78, 1979.

FRANCO, Débora Augusto; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família. **Pensando famílias**, v. 22, n. 2, p. 154-171, 2018.

GALONI, Luana Luiza. **A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional:** Analisando o processo de desligamento institucional por maioridade. 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009.

GOBINEAU, Arthur. **Essay on the inequality of human races.** Adrian Collins, London: Heinemann, 1853.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Inventário de Estilos Parentais – IEP. Modelo Teórico – Manual de aplicação, apuração e interpretação.** Editora Vozes, 3^a. Ed. Petrópolis, Rj. 2014 – 5^a. Impressão, 2021.

HABIGZANG, Luísa Fernanda.; KOLLER, Silvia Helena. Terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes: ciência e arte/** Circe Salcides Pertensen *et al.*, p. 299-310. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. A entrevista. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Rio de Janeiro: Vozes, v. 5, p. 86-91, 1997.

HELLER Leo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva (on line).** 3(2), p.73-84, 1998. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/4wdHGnBkYZg4qzdgSMnLwgx/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média a época contemporânea no Ocidente.

Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOFFMAN, Martin. Internalização moral, poder dos pais e a natureza da interação pai filho. **Psicologia do desenvolvimento**, v. 11, n. 2, pág. 228, 1975.

HOLLMANN, Vera Lúcia. **Da institucionalização de crianças e adolescentes ao acolhimento familiar e institucional**. 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade do Vale do Taquari, Curso de Direito, 2014.

IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Diagnóstico social: bairro Jardim Gramacho. Rio de Janeiro: IBASE, agosto, 2005. Disponível em:
[<http://www.ibase.br/pubibase/media/diagnostic_o_gramacho.pdf>](http://www.ibase.br/pubibase/media/diagnostic_o_gramacho.pdf). Acesso em: 03 mai. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Censo Brasileiro de 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, v. 41, 2019.

_____. **População estimada**: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marechal-candidorondon/panorama>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Estratégia de Desenvolvimento Urbano, Socioeconômico e Ambiental para o Entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: Diagnóstico Socioeconômico de Jardim Gramacho. Rio de Janeiro, maio de 2011. Disponível em: <<http://www.iets.org.br/IMG/pdf/doc-2021.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Saiba como as doenças provocadas pela falta de saneamento se distribuem no Brasil**, 2020.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. **Mais que sobras e sobrantes**: trajetórias de sujeitos no lixo. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. FIOCRUZ. 2004.

KOLLER, Silvia Helena; MORAIS, Nornanda Araújo de; PALUDO, Simone dos Santos. (Ed.). **Inserção ecológica**: um método de estudo do desenvolvimento humano. Pearson, 2004.

LIMA, Gabriela Quadros de; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. **Psicologia em Estudo**, v. 16, p. 511-520, 2011.

LIXO Extraordinário; Direção: Lucy Walker, João Jardim, Karen Harley. Produção: Angus Aynsley, Hank Levine. Reino Unido/ Brasil: 2010. (99 min.).

LIZARDO DE ASSIS, Cleber. *et al.* Intervenção Psicossocial de Prevenção à Violência de Gênero Junto a Adolescentes de Cacoal-RO. **Extensão**: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, v. 11,

n. 18, p. 53-65, dez. 2014. Disponível em:
[<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2014v11n18p51/28314>](https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2014v11n18p51/28314). Acesso em: 28 abr. 2021.

LORDELLA, Silvia Renata; DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes. Contribuições conceituais e metodológicas do modelo bioecológico para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. **Psico**, v. 43, n. 2, p. 15, 2012.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros *et al.* Caracterização das vítimas de violência doméstica, sexual e/ou outras violências no Brasil – 2014. **Revista Saúde em Foco**, [S.l.], v. 1, n. 1, jun. 2016. Disponível em: <<http://smsrio.org/revista/index.php/revsf/article/view/199>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MACHADO, Marta Toledo. **A proteção constitucional da criança e adolescentes e os direitos humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Manole, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi. **Violência conjugal:** os espelhos e as marcas. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.

MAGALHÃES, Andrea Seixas; CARNEIRO, Terezinha Féres. Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade/Intergenerational psychic transmission in the contemporary world. **Psicologia em Revista**, v. 10, n. 16, p. 243-255, 2004.

MAGNI, Ana Carolina Cordeiro.; CORREA, João Jorge. Infância e Violência sexual: Um Olhar sobre a Vulnerabilidade da Criança. **Pleiade**, v. 10, n. 19, p. 53-60, jan. /jun., 2016.

MAIA, Adriane; KRAFT, Kathryn; ARAÚJO, Ana Beatriz; PECHIM, Patricia; ANJOS, Fernanda. **Vulnerability context of Jardim Gramacho: an exploration of the livelihood opportunities for children and families**. Rio de Janeiro: Served, 2017.

MALUSCHKE-BUCHER, Júlia Sursis Nobre Ferro. Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In: PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato. (Org.) **A transmissão geracional em diferentes contextos:** da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008.

MARQUES, Emanuele *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n. 4, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx>>. Acessível em: 10 out. 2020.

MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeide Araújo; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, p. 555-568, 2003.

MARTINS, Daniele Comin. **Estatuto da Criança e do Adolescente e Política de Atendimento**. Curitiba: Juruá, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

MENESES, Guilherme. O conceito de identidade em estudos organizacionais: uma revisão bibliográfica sobre os usos e origens do conceito. **Relatório de Iniciação Científica, Fundação Getulio Vargas**. EAESP, 2009.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, v. 1, n. 2, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v1n2/v1n2a02.pdf>>. Acesso em: 16 maio. 2021.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto – enferm**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt>>. Acessado em 10 nov. 2021.

MENDONÇA, Paulo Almeida. **Projetos de requalificação ambiental e desenvolvimento comunitário em Jardim Gramacho**. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2019.

Módulo Criança e adolescente 25º Censo da População Infantojuvenil acolhida. Ministério Público, 2020. Disponível em: <<http://mca.mp.rj.gov.br/25o-censo>>.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida**, n. 3, p. 1-17, 2004.

MUNIZ, José Roberto; EISENSTEIN, Evelyn. Genograma: informações sobre família na (in)formação médica. **Revista Brasileira de Educação Médica [online]**, v. 33 n. 1, p. 72-79, 2009.

MUUSS, Rolf. **Teorias da adolescência**. Belo Horizonte. Interlivros, 1976.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

NITAHARA, Akemi. **Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país**. Agência Brasil, 2019.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 871-880, mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/?lang=pt>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

O DIA. Manifestantes Bloqueiam a Rodovia Washington Luiz. Rio de Janeiro, 1986. OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio

Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. **TEMA-Revista Eletrônica de Ciências**, v. 16, n. 24; 25, 2016.

OLIVEIRA, Rosely Magalhães. A Distribuição Desigual dos Serviços de Água e Esgoto no Município do Rio de Janeiro: O Caso da Região da Leopoldina. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. FIOCRUZ, 1993.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Problemas de la salud de la adolescencia**. Informe de un comité de expertos de la O.M.S (Informe técnico nº 308). Genebra, 1965.

_____ ; OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OPAS/OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população**. Brasília, 2016.

Disponível em:
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:opas-oms-apoia-governosno-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mentaladapopulacaopopulacao&Itemid=839. Acesso em: 26 fev. 2020.

ONG TETO. **Relatório de Levantamento sobre o Lixão de Jardim Gramacho**. São Paulo: TETO, 2014. Disponível em: <<https://www.teto.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

OSÓRIO, Luiz Carlos. O ponto de vista evolutivo: ponte epistemológica entre a imitação e a criação. **Rev. bras. psicanál.**, p. 505-14, 1992.

OTUKA, Livia Kusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, p. 55-63, 2012.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Artmed, 12ª ed, 2013.

_____ ; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PASIAN, Mara Silvia *et al.* Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 61-70, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 maio 2021.

PEREIRA, Rodrigo José. Impactos ambientais do aterro sanitário de Jardim Gramacho. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. 1, p. 78-85, 2016.

PERRY, Bruce. *et al.* Childhood trauma. **Infant Mental Journal**, v. 16, n. 4, p. 271-291, 1995.

PIRES, Ana; MIYAZAKI, Maria. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. **Arquivos de Ciências da Saúde**, p. 42-49, 2005.

RAMOS, Magdalena. Terapia familiar: O lugar do terapeuta. In: RAMOS, Magdalena. (Org.) **Terapia de casal e família**: O lugar do terapeuta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

Ramos, M. E. C. & Oliveira, K. D. Transgeracionalidade percebida nos casos maus-tratos. In:

PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato. (Orgs.) **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção.** São Paulo: Summus, 2008.

RATES, Susana Maria Moreira. **Violência infantil no brasil: uma análise das notificações compulsórias.** Belo Horizonte, 2014.

REHBEIN, Mauro Pioli & CHATELARD, Daniela Scheinkman. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n. 3, p. 563-584, Set./Dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000300010>. Acesso em: 19 ago. 2021.

ROBERTS, D. A. Adolescência. **Nursing**, v.10, p. 23-27, nov. 1988.

ROCHA, André Santos da. Repensando a Baixada Fluminense em um contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Sociedade, Território e Representação. **Revista geo-paisagem (on line)**, v. 6, n. 12, julho/dez de 2007.

RODRIGUES, Fernando Machado. Fechamento do aterro de Jardim Gramacho e seus desdobramentos socioeconômicos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 4, p. 445-460, 2015.

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 1151-1180, 2008.

ROMERO, Sílvio. **Ethnographia brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladislão Netto.** São Paulo: Livraria Classica de Alves, 1888.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências. **Plural-Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, pág. 79-102, 2019.

ROSA, Larissa Wolf da; HAACK, Karla Rafaela; FALCKE, Denise. Rompendo o ciclo de violência na família: concepções de mães que não reproduzem ou abuso sofrido na infância com seus filhos. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 7, n. 2, pág. 26-36, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. **A Constituição de 1988**, p. 296-333, 1988.

SÁ, Carla Maria Queiroz de *et al.* Abuso sexual infantil e suas consequências na vida adulta da mulher – uma abordagem reflexiva child sexual abuse and consequences in adult life of woman. **Mostra Interdisciplinar do curso de Enfermagem**, v. 2, n. 1, mar. 2017. ISSN 2448-1203. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.fcrs.edu.br/index.php/mice/article/view/1099>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

SALVO, Caroline Guisantes De; SILVARES, Edwiges Ferreira de Matos; TONI, Plinio Marco de. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 22, n. 1, p. 187-195, abr. - jun. 2005.

SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes. Inventário de Estilos Parentais (IEP): umnovo instrumento para

avaliar as relações entre pais e filhos. **Psico-USF**, v. 12, n. 1, p. 125-126, jan. - jun. 2007.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SANTOS, Hugo Flávio Forgerini; RIBEIRO, Stella Rico; LIMBERGER, Josemar Antonio. O transtorno de personalidade antissocial a luz da abordagem psicodinâmica. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 12, n. 1, p. 077-093, 2020.

SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, v. 10, p. 57-66, 2005.

SANTOS, Luana Martins. *O legado do encerramento do lixão de Gramacho: análise a partir do trabalho das ONG's e seus rebatimentos no território*. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; PORTELLA, Ana Paula; MENICUCCI, Eleonora. Violência de gênero no campo da saúde coletiva: conquistas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 14, n. 4, p. 1019-1027, 2009.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Família interdita: transgeracionalidade e subjetivação em três obras ficcionais. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 255-266, abr./jun. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200009>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SERAFIM, Andréia Palmerim Ramos; RODRIGUES, Lívia Graziele; PRADO, Mauro Machado. Maus-tratos infantis: um olhar sobre a omissão de pais na atenção à saúde bucal dos seus filhos. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 3, n. 1, p. 95-105, 2016.

SILVA, Carlos Renato. Infraestrutura e condições de vida em Jardim Gramacho. **Revista de Estudos Urbanos**, v. 12, n. 2, p. 215-228, 2018.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada: relatório de pesquisa número 01. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Diretoria de Estudos Sociais (DISOC), 2003.

SILVA, Isabela Machado da; MENEZES, Clarissa Corrêa; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Em busca da “cara-metade”: motivações para a escolha do cônjuge. **Estudos de Psicologia [online]**, v. 27, n. 3, p. 383-391, set. 2010.

SILVA, Simone Souza da Costa *et al.* Qualidade Conjugal: Estudo de Caso de Ribeirinhos na Amazônia. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, [online], v. 4, n. 1, p. 50-59, 2011.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A metodologia dos programas de pesquisa: a epistemologia de Imre Lakatos. **Caderno catarinense de ensino de física**. v. 13, n. 3, p. 219-230, dez. 1996.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

STERN, Daniel. **The interpersonal world of the infant.** New York: Basic Books, 1995.

SCHUTZENBERGER, Anne Ancelin. **Meus antepassados.** São Paulo: Ed. Paulus, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, 1996.

SOUSA, Grazielly Mendes; DAMASCENO, Kamilla Chrystina Ferreira; BORGES, Lívia de Carvalho Farias. Estratificação dos tipos de violência notificados pelo SINAN, no município de Porto Nacional, TO, em 2014. **Revista Interface**, n. 11, jun. 2016. Disponível em: <<https://sistemas.ufc.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/2134>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SOUZA, Mariana Alves. História e desenvolvimento de Jardim Gramacho. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 8, n. 1, p. 55-70, 2017.

SOUZA, Taynara Cristina de. A transgeracionalidade em casos de violação de direitos. **Revista Saúde em Foco**, n. 10, 2018.

TAGUIEFF, Pierre-André. **Force of prejudice: on racism and its doubles.** Minnesota: University of Minnesota Press, 2001.

TARDIVO, Leila Salomão de la Plata Cury; JUNIOR, Antonio Augusto Pinto; SANTOS, Márcia Regina dos Santos. Avaliação psicológica de crianças vítimas de violência doméstica por meio do Teste das Fábulas de Düss. **PSIC - Revista de Psicologia**, v. 6, nº 1, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v6n1/v6n1a08.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

TETO. Relatório enquetes Jardim Gramacho 2013. [S. l.]: Teto, 2013.

TEIXEIRA, Lumena Celi. Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída. In: OZELLA, Sergio. (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica.** São Paulo: Cortez, p. 105-136, 2003.

VAGOSTELLO, Lucilena. O risco da negligência: um estudo de caso. **Psic: revista da Vetor**, v.3, n.1, 2002. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142002000100010>. Acesso em: 20 mai. 2021.

YOUNG, Jeffrey; KLOSKO, Janet; WEISHAAR, Marjorie. **Terapia do esquema: Guia de técnicas Cognitivo-comportamentais inovadoras.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

WAISELFISZ, Julio Jaboco. **Mapa da violência.** 1 ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; PRADO, Paulo Müller; VIEZZER, Ana Paula; WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2004.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Criola, 2010.

ZAGURY, Tania. **O adolescente por ele mesmo:** orientação para pais e educadores. Rio de Janeiro:
Record:1996.

APÊNDICE 01
ENTREVISTA ESTRUTURADA

Data da Aplicação: _____ / _____ / _____ Local: _____

Aplicado por: _____

A entrevista a seguir compõe a etapa de levantamento de necessidades do projeto de Mestrado, desenvolvido pela Psicóloga Karoline Arcanjo Apóstolo da Silva, aluna do Programa de Pós-Graduação da UFRRJ intitulado **“UMA ANÁLISE SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ATRAVÉS DA INSERÇÃO ECOLÓGICA EM UM TERRITÓRIO VULNERÁVEL”**

BLOCO 1- Violência sofrida na infância

1. Você foi vítima de agressão na infância, como forma de correção? Sim () ;Não ()

2. Quem era a pessoa que mais te corrigia na infância? () Mãe; () pai; () parentes; () amigos da família.

3. Seu cuidador (a) já utilizou alguns desses métodos como forma de punição, na sua infância?

() Queimadura; () Enforcamento; () Sufocamento; () Estrangulamento; () Afogamento; () Facada
 () Paulada (); Soco () ;Chute () ;Tapa () ;Empurrão () ; Puxão de Cabelo () Outra.
 Especificar _____ () Nenhuma das opões.

4. Você necessitou de atendimento médico e/ou internação após algumas dessas correções? () Sim, atendimento médico; () Sim, internação; () Não

5. O seu cuidador (a) já praticou alguma (s) desses comportamentos contra você, na infância? () Ameaça; () Xingamentos; () Gritos ameaçadores ; () Aproximação física intimidante .

6. O seu cuidador já obrigou você a ter relações sexuais ou praticar atos sexuais contra a sua vontade? () Sim; () Não; () Não sei

BLOCO 2- Violência doméstica

7. **Já sofreu violência doméstica? () SIM () NÃO**

8. **Atualmente está em uma relação violenta? () SIM () NÃO**

9. **Qual tipo de violência doméstica sofrida? (Fonte: Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha)**

() Violência Física – Entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

() Violência Psicológica – Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

() Violência sexual – Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

() Violência Patrimonial – Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

() Violência Moral– Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

10. **Há histórico familiar de violência doméstica até a terceira geração de mulheres de sua família? () Sim; () Não**

APÊNDICE 02

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Participante,

Convidamo-lo a participar, através do preenchimento de um questionário, da pesquisa intitulada “Uma análise sobre a infância e adolescência através da Inserção Ecológica em um território vulnerável”, sob responsabilidade da pesquisadora Karoline Arcanjo Apóstolo da Silva e orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo peixoto, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A presente pesquisa é vinculada ao Dissertação de Mestrado em para qualificação do pesquisador no curso de Psicologia da UFRRJ.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Benefícios decorrentes da participação na pesquisa: Com este estudo, espera-se contribuir com a discussão sobre a temática da transgeracionalidade da violência contra crianças e adolescentes. Ademais, a participação nessa pesquisa pode contribuir para reflexões, prevenção e intervenção a violência, contando também com devolutiva e contribuição dos pesquisadores.

Riscos e condutas decorrentes da participação da pesquisa: Como possível risco da pesquisa, indica-se pequeno desconforto em responder algum item da pesquisa, ao refletir sobre a violência intrafamiliar. Além de possível período de adaptação com a pesquisadora.

Período de participação, sigilo e consentimento: Sua participação poderá ser no próprio local de trabalho e, caso não se sinta à vontade, em outro local, de sua escolha. O tempo previsto para a resposta ao questionário é de aproximadamente 30 min. Haverá total sigilo da sua participação e não serão divulgados nomes, em nenhuma circunstância, durante o desenvolvimento ou publicação da pesquisa. Caso concorde com a participação, será possível, a qualquer tempo, retirar seu consentimento, sem qualquer prejuízo pessoal ou institucional. Sua participação será voluntária, não haverá compensação financeira sob nenhuma forma, e sem custos.

Contatos para obter maiores informações sobre a pesquisa:

Pesquisador

responsável

Nome: Karoline

A. Apóstolo da

Orientadora

Nome: Ana Cláudia de

Azevedo Peixoto Tel.: (21)

999417759

Silva

Tel.: (21)
969967219

E-mail:
karolarcанjo21@gmail.com

E-mail:
claudiaapeixoto@gmail.com

Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 2682-1220

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ abeixo assinado, concordo em participar da pesquisa _____ aprovada pela Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Pesquisadora: Karoline Arcanjo Apóstolo da Silva
Tel. (21) 969967219; E-mail: karolarcанjo21@gmail.com

Local e data: _____, _____ de _____ 2021

Nome: _____

Email: _____ Telefone: _____

Assinatura

APÊNDICE 03

CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito a pesquisadora Karoline Arcanjo Apóstolo da Silva, discente do Curso de pós- graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, juntamente com pequeno grupo de pesquisa, a desenvolver, nesta entidade, a pesquisa intitulada “Uma análise sobre a infância e adolescência através da Inserção Ecológica em um território vulnerável”, sob orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto do Departamento de Psicologia (DEPSI/UFRRJ). Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuênciam para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuênciam a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Local

Data

(carimbo e assinatura)